

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Instituto de Ciências Humanas**  
**Bacharelado em História**



**Entre memórias e trajetórias:**

As lembranças da imigração italiana narradas pelos descendentes da colônia Maciel

**Andreina Hardtke Corpes**

**Pelotas**

**2022**

**Andreina Hardtke Corpes**

**Entre Memórias e Trajetórias:** as lembranças da imigração italiana narradas pelos descendentes da Colônia Maciel

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. Jonas Moreira Vargas

**Pelotas, 2022**

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

C787e Corpes, Andreina Hardtke

Entre memórias e trajetórias : as lembranças da imigração italiana narradas pelos descendentes da Colônia Maciel / Andreina Hardtke Corpes ; Jonas Moreira Vargas, orientador. — Pelotas, 2022.

84 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Imigração italiana. 2. Colônia Maciel. 3. Pelotas. I. Vargas, Jonas Moreira, orient. II. Título.

CDD : 981.657

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

Andreina Hardtke Corpes

**Entre Memórias e Trajetórias: as lembranças da imigração italiana narradas pelos descendentes da Colônia Maciel**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 28/06/2022

Banca examinadora:

Prof<sup>o</sup>. Dr. Jonas Moreira Vargas (Orientador)  
Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof<sup>a</sup>. Angela Beatriz Pomatti  
Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof<sup>o</sup>. Dr. Paulo César Possamai  
Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo

*Para **Marcia, Antonio e Lorenzo**,  
por serem a luz que guia a minha vida.  
E para **Leontina** (in memoriam), pela amizade e inspiração.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Profº. Drº Jonas Moreira Vargas por me guiar nessa jornada, compreender e apoiar minhas ideias, sempre disposto a ajudar no que fosse preciso.

À todos os professores que tive na Ufpel e também ao longo da vida. Sem eles, seus ensinamentos e esforço para mudar o futuro através da educação, eu não teria chegado tão longe.

À minha mãe, Marcia Helena Hardtke Corpes, por ter me contado a história da nossa família, despertando em mim a vontade e a curiosidade de ir atrás das nossas raízes. Por ser meu pilar de apoio e minha maior incentivadora desde sempre. Você me mostrou como lutar pelos meus sonhos e esteve ao meu lado em cada batalha. Não tenho palavras suficientes para expressar o quanto sou grata por tudo e o quanto te amo. Se hoje escrevo essas palavras é porque você me ensinou a ser forte e segurou minha mão todas as vezes que precisei.

Ao meu pai, Antonio Carlos da Cunha Corpes pelo esforço incansável para que nunca me faltasse nada. Um exemplo de caráter e integridade. Obrigada por todo carinho, cuidado e amor. Espero um dia ser capaz de retribuir tudo o que fez e faz por mim. Eu te amo mais do que palavras podem expressar e tenho muito orgulho de dizer que sou sua filha.

Ao meu irmão, Lorenzo, que mesmo sem entender metade do que a “maninha” tanto escrevia, esteve ao meu lado e deixou meus dias mais leves com seus sorrisos e brincadeiras. No futuro você irá ler essas linhas e desejo que saiba que todas as vezes em que eu estive longe durante o período da faculdade, contava os dias para voltar para casa e te ver de novo. Te amo com todo meu coração.

Marcia, Antonio e Lorenzo, vocês foram o porto seguro que me sustentou durante as tempestades e noites de tormenta. É graças ao apoio infinito de vocês, que posso realizar esse sonho, pois vocês me encorajaram a correr atrás dos meus objetivos e nunca desistir. Isso é apenas o começo, pois, com vocês ao meu lado, tenho certeza que ainda conquistarei muita coisa.

Agradeço também aos meus ancestrais que deixaram sua terra natal, embarcaram em um navio rumo a um lugar desconhecido e um futuro incerto na esperança de encontrar aqui dias melhores. Agradeço a minha querida avó, Maria

Joaquina Pedrotti Hardtke (in memoriam) por ter perpetuado essa história, fazendo com que ela chegasse até mim. Aos meus antepassados, Fortunato e Theresa Pedrotti, José e Maria Zanatto, eu adoraria tê-los conhecido e ouvido diretamente de vocês todas as histórias que tenho certeza que teriam para me contar.

À minha querida e amada Leontina Mathias (in memoriam), que além de minha amiga, também foi, é, e sempre será uma das minhas maiores inspirações. Uma pessoa que, apesar de todas as adversidades que encontrou no caminho, nunca desistiu dos seus objetivos e me inspira todos os dias a seguir os meus. Com o coração transbordando de saudade, eu lhe agradeço por tudo. Sei que onde quer que esteja, está olhando por mim do mesmo modo que sempre fez e que prometeu continuar fazendo.

As demais pessoas que estiveram sempre ao meu lado - amigos e familiares -, obrigada por tudo, vocês moram no meu coração.

Não poderia encerrar essa página sem deixar registrado também meu eterno agradecimento à minha querida professora de História do ensino fundamental, Sandra Maria da Silva Peixoto. Uma mulher forte, inspiradora e, acima de tudo, uma professora excepcional. Graças a sua maneira encantadora de ensinar História, eu me apaixonei por essa profissão e quis trilhar esse caminho também. Muito obrigada por todo apoio, toda inspiração, todas as aulas que me fizeram ficar maravilhada e com os olhos brilhando. Você é uma das peças mais importantes que compõem o meu caminho até aqui.

Por fim, dedico essa monografia a todos os depoentes que cederam seus relatos preciosos e possibilitaram a realização deste trabalho. Também a todos os italianos e descendentes da Colônia Maciel.

Obrigada!

[...] Chovia bastante, uma chuva que empoava o ar e escurecia a paisagem marinha seductora. E a um signal dado pelo official de bordo, postado na escada de prôa, o saveiro partiu, cheio de gente a mais não poder. Partiu, e uma estranha cantarola subiu aos ares, nesse momento tormentoso.

Os imigrantes cantavam e batiam palmas, abrindo os grossos chapéus de sol que lhes escondiam os rostos, enquanto o rebocador se ia afastando do Araguaya, arrastando a tosca barcaça na sua esteira caprichosa. Os imigrantes cantavam! Sujos, do mais triste aspecto doentio, desgraçados na sua condição miserável, oprimidos de toda sorte - pela fome, pelo aperto, pela ameaça da doença; - mal tratados até pelo céu, que pela manhã, rico de sol, então rasgava as suas mais feias nuvens num aguaceiro glacial; na immensidade de uma desventura, que não conhece termo de comparação, porque até os cães encontram amigos entre os homens, e para o immigrante a bordo a piedade humana ainda não chegou; - carregando esse fardo tremendo ia entretanto o saveiro a affrontar as águas do mar e das nuvens, offerecendo a quem fechasse os olhos, naquelle curioso instante, a illusão de ouvir alguma festiva serenata, lançada na calma de um mar de rosas, por um garrulo bando de felizes da vida! É que a dor também sabe a ironia de cantar risonhamente as suas maguas infinitas, à maneira da alegria, que sóe desafogar-se os excessivos paroxysmos, desatando a apparente tristeza das lágrimas...

**Correio da Manhã, 22 de outubro de 1910, p.1.**

## RESUMO

A imigração de milhares de Italianos para várias partes do Brasil modificou as paisagens, comportamentos e contribuiu para a formação do país que hoje conhecemos. Muitos desses imigrantes chegaram ao Rio Grande do Sul, estabelecendo-se em diversos locais, dentre eles, a Colônia Maciel, localizada na zona rural da cidade de Pelotas. Essas pessoas fixaram-se nesta terra desconhecida, propagando seus costumes de geração em geração até os dias atuais. Apesar do tempo, as histórias desses imigrantes permaneceram vivas através da tradição oral. Desta maneira, mediante o uso da História Oral, essa monografia se propôs a preservar as memórias referentes à imigração através da análise de entrevistas feitas com descendentes diretos de imigrantes italianos da Colônia Maciel e, por meio destas, valorizar tais narrativas e permitir que mais pessoas tenham acesso às suas raízes.

**Palavras-chave: Imigração Italiana; Colônia Maciel; Pelotas;**

### **ABSTRACT**

The immigration of thousands of Italians to various parts of Brazil changed the landscapes, behaviors and contributed to the formation of the country we know today. Many of these immigrants arrived in Rio Grande do Sul, settling in several places, among them, Colônia Maciel, located in the rural area of the city of Pelotas. These people settled in this unknown land, propagating their customs from generation to generation until the present day. Despite time, the stories of these immigrants have remained alive through oral tradition. In this way, through the use of Oral History, this monograph proposed to preserve memories related to immigration through the analysis of interviews made with direct descendants of Italian immigrants from Colônia Maciel and, through these, to value such narratives and allow more people to have access to their origins.

**Key-words: Italian Immigration, Maciel Colony, Pelotas**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 ASPECTOS SOBRE A IMIGRAÇÃO ITALIANA</b>	
1.1 A situação italiana e os motivos por trás da imigração .....	15
1.2 A Sociedade Promotora de Imigração .....	19
1.3 Substituição da mão de obra escrava ou embranquecimento da população?-----	22
1.4 A viagem de travessia .....	24
1.5 As Hospedarias de Imigrantes .....	27
1.6 Os imigrantes no Rio Grande do Sul .....	29
1.7 Os imigrantes em Pelotas .....	31
<b>2 ASPECTOS SOBRE A COLÔNIA MACIEL</b>	
2.1 A fundação e formação da Colônia Maciel .....	34
2.2 A partilha das terras e o trabalho nas lavouras .....	38
2.3 Panoramas gerais sobre a vida dos colonos .....	41
2.4 O Museu Etnográfico da Colônia Maciel .....	42
<b>3 AS MEMÓRIAS SOBRE A IMIGRAÇÃO CONTADA PELOS DESCENDENTES</b>	
3.1 Breves apontamentos sobre os conceitos de Identidade, memória, História Oral e Tradição Oral .....	44
3.2. A conexão com o passado e a busca pelas raízes .....	48
3.3 Algumas das memórias da família Pedrotti e Zanatto .....	50
3.4 A vida na Colônia Maciel através dos relatos orais dos seus descendentes .....	52
3.4.1 A vida na Itália e os motivos da vinda para o Brasil .....	53
3.4.2 A travessia .....	56
3.4.3 Considerações sobre os diferentes tipos de colonos .....	56
3.4.4 Os primeiros anos na Colônia .....	58
3.4.5 Os dialetos italianos .....	61
3.4.6 A divisão entre a infância e o trabalho .....	64

<b>3.4.7</b> A educação -----	66
<b>3.4.8</b> A Religiosidade -----	68
<b>3.4.9</b> O acesso à cidade, a venda de mercadorias e o atendimento médico -----	73
<b>3.4.10</b> A alimentação, as plantações e as fábricas de conserva -----	75
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> -----	78
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> -----	80

## INTRODUÇÃO

Durante o auge da imigração Italiana, que aconteceu de 1888 até 1914 (POMATTI, 2011), o Brasil foi um dos países que mais recebeu imigrantes. Mas, por trás desse deslocamento massivo de pessoas em direção às colônias e fazendas de café brasileiras, havia uma série de motivos advindos de ambos os países envolvidos, que impulsionaram esse processo. Entre outras coisas, o Brasil pretendia promover um branqueamento da população brasileira e continuar o sistema de exploração dos trabalhadores, que acumulavam grandes dívidas com os fazendeiros e, assim, permaneciam muitos anos presos à eles. Já a Itália, via nesse negócio uma oportunidade de dar finalidade ao excedente populacional que não conseguia absorver e sustentar.

Grande parte dos italianos vindos para a América do Sul, tiveram como destino os Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Nas terras gaúchas, tinham um propósito diferente daquele das fazendas paulistas: eram trazidos com o intuito povoar a região<sup>1</sup>. Para esse fim, foram criadas diversas colônias, entre elas, a Colônia Maciel, fundada em 1883<sup>2</sup> na zona rural de Pelotas, sobre a qual esse trabalho dá enfoque. A Colônia Maciel foi uma das últimas formadas pelo Imperador Dom Pedro II, e a quinta de criação imperial na Província de São Pedro, todavia, nunca foi reconhecida como tal (NEIS, 2014).

O interesse pela temática abordada nesta monografia surgiu muito cedo, pois, sendo descendente materna de uma família de italianos e alemães, o assunto referente a imigração sempre esteve presente nas conversas entre parentes. As memórias sobre a imigração permearam todas as gerações da minha família até chegar em mim. Cresci ouvindo minha mãe e tias contarem as histórias que haviam sido passadas à elas pela minha avó, que, por sua vez, havia ouvido de sua mãe. Sendo assim, mesmo antes de estar na universidade, tinha em mente que esse seria o assunto abordado em um futuro trabalho de conclusão de curso.

O objetivo principal desta monografia é analisar as memórias dos descendentes dos imigrantes italianos da Colônia Maciel a fim de desvendar um pouco do processo

---

<sup>1</sup> Deve-se, no entanto, ter em mente, que o Rio Grande do Sul já era habitado por muitos outros povos, como indígenas, que foram dizimados em detrimento do processo de colonização.

<sup>2</sup> De acordo com o registrado no Livro Tombo, disponível na Paróquia de Sant'Anna da Colônia Maciel.

de vinda dos imigrantes e dos primeiros anos da Colônia. Além disso, buscou-se tornar esses depoimentos mais conhecidos, para que mais pessoas tenham acesso.

No início, o propósito era trabalhar com as memórias da imigração, mas, também, com as trajetórias dos descendentes desses imigrantes. Planejava-se descobrir se esses ainda seguiam parte dos costumes deixados pelos seus ascendentes e se os seus modos de vida e costumes ainda eram os mesmos. Para isso, pretendia-se localizar as famílias italianas da região e entrevistá-las. No entanto, essa ideia teve de ser repensada por alguns motivos, como a pandemia do covid-19, que impossibilitou o deslocamento e contato com essas pessoas; e, também, o fato de que a maioria dos que detinham esses relatos não residem mais na Colônia, ou já faleceram e não passaram as histórias para as gerações mais recentes, pois, como será explicado posteriormente, a memória familiar é de curta duração.

A ideia de traçar as trajetórias desses descendentes foi deixada de lado e pensou-se em trabalhar somente com as memórias da minha família, também proveniente de imigrantes da colônia Maciel. Até que, através de pesquisas na internet descobri que o Museu Etnográfico da Colônia Maciel (MECOM) possui um acervo de entrevistas com os descendentes que foram realizadas em duas fases entre os anos de 2000 e 2005, sendo que muitas dessas haviam sido pouco ou nada usadas. Diante desse rico material e com a disponibilidade de acesso a ele tendo cedida pela professora Luciana da Silva Peixoto, o sonho de trabalhar com as memórias sobre a imigração reacendeu. Um facilitador foi o fato de que todas as entrevistas usadas nessa monografia já haviam sido transcritas por outros pesquisadores, e estavam arquivadas em um computador que abriga parte dos arquivos relativos ao MECOM, atualmente disponível no Instituto de Ciências Humanas da Ufpel.

A Colônia Maciel e seus imigrantes já foram retratados anteriormente por autores como Angela Beatriz Pomatti (2010), Cristiano Gehrke (2006), Fabiano Neis (2012), Fábio Vergara Cerqueira (2005), Luciana da Silva Peixoto (2003), Núncia Santoro de Constantino (2010), dentre outros. Muitos textos desses pesquisadores foram usados nessa monografia e serviram de base e guia para a pesquisa e descoberta de diversos aspectos sobre a Colônia Maciel. Apesar disso, as entrevistas ainda possuem muito

material para ser explorado, mesmo após a conclusão de mais este trabalho sobre o assunto.

A justificativa pela qual escolhi esse tema vai além do amor que sempre tive pela temática. O escolhi pois desejava saber mais sobre o assunto que tanto me chama atenção, entretanto, igualmente, queria revelar essas descobertas para que mais pessoas tenham acesso a essas histórias, que também fazem parte de seu passado e origens. Além disso, busquei entender como a memória dessas pessoas é acionada e o que lhes foi transmitido oralmente, o que elas lembram e como lembram.

Ainda, a Colônia Maciel, apesar de sua importância histórica, é muito pouco pesquisada. Boa parte dos trabalhos já feitos acerca dela foram publicados há vários anos, quando o projeto do Museu, realizado pela Universidade Federal de Pelotas, estava ativo. Depois que o MECOM encerrou as atividades, essas histórias e a colônia caíram novamente no “esquecimento”, pois surgiram poucos interessados em pesquisá-las. Assim, através deste, pretende-se que mais estudantes e pesquisadores conheçam o local e queiram continuar o processo de análise e salvaguarda dessas memórias, não somente referentes à imigração, mas também sobre os costumes e diversas atividades exercidas naquela região.

Sendo assim, no primeiro capítulo foi traçado parte do panorama enfrentado pelos imigrantes desde sua saída da Itália até a chegada no Brasil e as dificuldades que encontraram aqui. Essa contextualização inicial é indispensável para que o leitor seja situado no assunto e compreenda os fatos retratados nos capítulos seguintes, como os motivos por trás da imigração em massa.

O segundo capítulo versou sobre a formação inicial da Colônia Maciel, usando referências extraídas de autores que já falaram sobre o assunto para estabelecer um quadro geral sobre o tema.

Por fim, no terceiro capítulo, foi feita a análise das entrevistas cedidas pelos descendentes dos imigrantes a fim de (re)construir o passado da Colônia Maciel, desde sua fundação até os seus primeiros anos. Para melhor compreensão, as memórias foram divididas em dez tópicos, estabelecendo comparações entre os diferentes relatos com a finalidade de formar um diálogo entre eles.

## CAPÍTULO 1. ASPECTOS SOBRE A IMIGRAÇÃO ITALIANA

### 1.1 A situação italiana e os motivos por trás da imigração

Antes de abordar, de fato, como foi a chegada dos imigrantes italianos no Brasil e as circunstâncias que estes enfrentaram aqui, primeiro é preciso entender a situação que os fez deixar para trás sua terra Natal, e embarcar numa viagem longa e arriscada para chegar na América, um local ao qual pouco se conhecia mas muito se imaginava.

Contudo, é necessário ter em mente que, antes do período referido por esse trabalho - que compreende o auge da imigração italiana - já existiam, no Brasil, pessoas provenientes da Itália. Acerca disso, Pomatti (2011) nos diz que esses cidadãos encontravam-se no território brasileiro desde o começo daquilo que é retratado nos livros como *descobrimento* do Brasil. Essas pessoas chegavam até essas terras acompanhando os exploradores, exercendo funções na navegação ou como militares, tendo, dessa forma, participado de muitas disputas territoriais, inclusive no Rio Grande do Sul. Além disso, os italianos estavam presentes também através do clero, por ordem dos *franciscanos* e *capuchinhos*, desde o início da dominação portuguesa (POMATTI, 2011).

Conforme Gomes (2012), o Brasil foi um dos países que mais recebeu contingente de italianos, perdendo somente para os Estados Unidos e Argentina. Por trás desse número há um sistema pensado e organizado pela elite da época como resposta aos problemas que enfrentavam.

Fazendo parte desse contexto, no ano de 1871, foi fundada a Associação Auxiliadora de Colonização e, mais tarde, em 1885, promulgada a Lei Imperial que instituiu na Europa as propagandas sobre as qualidades das colônias brasileiras e o custeio das passagens, a fim de promover a imigração.

Todavia, o número de italianos espalhados pelo país até então, era muito pequeno se comparado ao que chegou entre os anos de 1888 e 1914, quando, segundo Pomatti (2011), de fato ocorreu o ápice da imigração européia que tinha o Brasil como destino. Mas quais foram os motivos que desencadearam essa grande imigração? Tal indagação pode ser explicada através de diversos fatores, pois a Itália, no período em evidência, passava por uma situação de crise, que afetava

principalmente a população mais pobre, que acumulava dívidas e não encontrava empregos. Acerca disso, Zanini (2008) explica que, durante o final do século XIX, a Itália era um Estado que recém havia sido unificado e estava sofrendo constantes transformações, como a expansão do capitalismo como modo de produção e os avanços tecnológicos provocados pela Revolução Industrial.

Sendo assim, conforme Iotti (2011) o início da imigração esteve vinculado ao grande excedente populacional que havia no país naquele momento, pois as mudanças ocorridas deixaram de fora as camadas populares, que passaram a ter dificuldades para sobreviver. Os camponeses perderam suas terras e Morila (2010) chama atenção para as altas taxas de impostos sobre as propriedades, que levaram os pequenos agricultores a realizar empréstimos, condicionando-os a criarem uma dívida a qual não tinham condições de pagar. Os pequenos artesãos também tiveram sua atividade afetada, e, deste modo, gerou-se um excedente de mão-de-obra que a indústria em formação não conseguia absorver. Ademais, Pomatti (2011) relata que durante a guerra de unificação, o serviço militar havia se tornado obrigatório para os jovens, o que desestruturou muitas das famílias de agricultores que dependiam de braços para trabalhar nas lavouras. Com poucas opções de melhora e a fome batendo nas portas, Iotti (2011) diz que essas pessoas foram buscar em outros países as condições de vida que não conseguiam ter em sua pátria.

Morila (2010) aponta ainda para certas condições da natureza, como o desmatamento das florestas, que acarretou em um excesso de chuvas nas planícies e escassez nas montanhas e colinas, afetando severamente os cultivos, fazendo com que muitos plantadores perdessem toda sua produção. Somou-se a tudo isso também, o período da “grande depressão”, que durou de 1873 a 1895. Pomatti (2011) também entende que a imigração para o Brasil pode ter sido influenciada em partes pela proibição dos EUA quanto à entrada de imigrantes.

Entretanto, Pomatti (2011) alerta que é imprescindível atentar-se ao fato de que havia um crescente interesse e esforço brasileiro em trazer e usar esses imigrantes para ocupação de terras devolutas - principalmente no Sul do país - com o estabelecimento de propriedades policultoras; e também como mão de obra nas lavouras, especialmente na produção cafeeira, que necessitava de pessoas que

realizassem o trabalho antes feito pelos escravizados. Muitos desses imigrantes estabeleceram-se nas fazendas de café de São Paulo, outros foram para pequenas propriedades e núcleos coloniais no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo, enquanto uma parcela se estabeleceu nos centros urbanos (POMATTI, 2011).

Posto isso, Lopes (2014) explica que os milhares de imigrantes que desembarcaram nessas terras foram, na verdade, trazidos por terceiros - é nesse cenário que entra a Sociedade Promotora de Imigração -, pois eram, na sua maioria, pobres e sem recursos para pagar a imigração por conta própria. Todavia, para que esse processo funcionasse, foram necessários recursos, e também uma parceria entre a iniciativa privada e os governos. Ademais, Pomatti (2011) pontua que após a Proclamação da República, a atividade de trazer os imigrantes passou para alçada dos Estados.

Morila (2010) explana que, num primeiro momento, até 1885, a imigração foi realizada principalmente pelos pequenos proprietários vênnetos, que venderam seus pertences a fim de usar o dinheiro arrecadado para financiar sua imigração. Esses foram seguidos pelos *braccianti* setentrionais (trabalhadores assalariados) a partir de 1885 até 1902, que não tinham recursos, e só conseguiram emigrar com a passagem subsidiada.

Todavia, não foi somente a Itália que ganhava com a imigração, pois, como apontado anteriormente, o Brasil também lucrava com o negócio. É nesse sentido que Morila (2010) descreve a imigração como o ato de trazer ao Brasil, especialmente para São Paulo, uma vasta massa de mão-de-obra barata que seria utilizada pelos grandes fazendeiros. A lei de terras, em 1850, contribuiu para isso, pois impedia a maior parte dos imigrantes de ter acesso à terra própria e os mantinha presos ao trabalho assalariado. Isso era algo que afetava-os diretamente, pois, consoante Morila (2010), muitos dos vênnetos e lombardos eram agricultores e pretendiam adquirir um terreno. Em contrapartida, uma parcela significativa não almejava viver no campo e buscava se instalar nas cidades.

Mas, para que esse projeto funcionasse, Morila (2010) relata que foi necessário convencer os italianos de que eles teriam uma vida melhor do outro lado do oceano, e que poderiam manter seus valores de vida.

[...] a eficiência e o sucesso dessa propaganda dependeu do fato de coincidir com expectativas do imigrante de conservar a família como uma unidade produtiva, como no caso, por exemplo, dos pequenos proprietários do Vêneto, ou de recuperá-la, como no caso dos braccianti da Itália Meridional - ambos ameaçados pela introdução de relações capitalistas no campo italiano (SOUZA, 1989, p. 138 apud MORILA, 2010, p.203) .

Nesse sentido, Radin (2004) destaca que, estando atentas à realidade das ex-colônias italianas, as empresas coloniais usavam em suas propagandas elementos que atendiam às necessidades e anseios daquela população. Além dos esforços das companhias de imigração, a vinda dos imigrantes a partir do final do século XIX foi facilitada pelo imaginário presente na Itália naquele período, pois, segundo o mito do *paese di cuccagna*, muitos supunham que encontrariam na América a terra prometida. Conforme Radin (2004), o país imaginário da Cocanha, seria um lugar de liberdade, abundância e ociosidade. A crença neste mito não é nenhuma novidade, pois, consoante Radin (2004) expõe, foram várias as sociedades ao longo da história, que, ao passarem por momentos de crise, criaram lugares imaginários como válvula de escape e de conforto.

No caso das campanhas sobre as colônias brasileiras, a propaganda concebida a ideia de um mundo novo, cheio de oportunidades, muito diferente da miséria e das dificuldades vividas diariamente pelos italianos (RADIN, 2004). Assim:

Ao contrário do panorama caótico do mundo apresentado nos noticiários dos jornais, a mensagem publicitária cria e exhibe um mundo perfeito e ideal, verdadeira ilha da deusa Calipso, que acolheu Ulisses em sua Odisséia - sem guerras, fome, deterioração ou subdesenvolvimento. Tudo são luzes, calor e encanto, numa beleza perfeita e não-perecível (CARVALHO, p.11 apud RADIN, 2004, p.148).

Sendo assim, Secreto (2016) ressalta que as migrações podem ser vistas como um processo de seleção aliado à idealização da “terra prometida”, que cria mitos e ilusões na imaginação dos imigrantes. Sérgio Buarque de Holanda (apud SECRETO, 2016, p.2) também afirma que a fantasia, a credulidade, e o definhamento do senso crítico sempre estiveram presentes na origem de todas as grandes migrações, onde o medo do desconhecido foi rapidamente superado pelo desejo de melhores condições

de vida. As cartas enviadas pelos parentes e amigos que já haviam imigrado para aqueles que ainda estavam na Itália, também foram usadas como um forte instrumento de propaganda, devido à confiança que era depositada nas informações escritas nesses documentos (SECRETO, 2016).

Os próprios recrutadores, ao buscarem trabalhadores para emigrar ao Brasil, comparavam a América à Cocanha, pois sabiam da influência desse discurso sobre a população local (RADIN, 2004). A partir desse momento, o mito passou por um processo de materialização e comercialização, transformando-se numa ferramenta que foi usada para a exploração do sonho através da venda do bilhete premiado (SANTOS apud RADIN, 2004).

### **1.2 A Sociedade Promotora de Imigração**

Os gastos que um imigrante tinha desde que deixava a Itália até chegar no Brasil eram altos e, como predominantemente, às famílias que emigraram eram numerosas, os valores tornavam-se insustentáveis de serem pagos por conta própria, já que a maioria estava falida. Alguns poucos conseguiram completar a viagem com recursos pessoais, no entanto, grande parcela precisava que alguém subsidiasse todas as despesas feitas durante o percurso. Da necessidade e desejo dos fazendeiros em trazer esses imigrantes em larga escala para o Brasil, surgiu a Sociedade Promotora de Imigração (SPI).

Iverson Santos (2008) diz que a Sociedade Promotora de Imigração foi criada em 02 de julho de 1886, com o objetivo de promover a imigração estrangeira para o Brasil, especialmente para o Estado de São Paulo. Em concordância com Petri (2010), durante quase 10 anos, é através da Sociedade que será realizada a entrada dos imigrantes em São Paulo, sendo esses subvencionados ou não. E, segundo os dados apontam, foi através desta que chegaram ao Brasil mais de 300 mil imigrantes. Nesse momento, o que interessava era a vinda de “braços para lavoura” (PETRI, 2010).

Essa sociedade, conforme Santos (2008a), não tinha fins lucrativos, mas, em contrapartida, atendia aos seus interesses pessoais e agia em prol dos cafeicultores. Ainda assim, foi necessário muito mais do que apenas a união dos fazendeiros para que a Promotora pudesse funcionar. Foi preciso o respaldo do Governo e também da

legislação. Sobre isso, Santos (2008b) relata que ela foi fundada com base no uso da lei provincial de 28 de outubro de 1885, que estipulava a imigração por contrato, e o reembolso ao imigrante dos gastos com a passagem.

Todavia, não era qualquer pessoa que conseguia fazer uso dos serviços oferecidos pela SPI, pois era preciso estar dentro de certos requisitos para ser aceito. Santos (2008a) mostra que desde o primeiro contrato da Sociedade com o Ministério da Agricultura, é evidente o interesse em trazer ao Brasil apenas famílias completas de imigrantes. Martinho Prado - um notável cafeicultor paulista - era um defensor de que os imigrantes viessem acompanhados dos seus familiares, pois, desta forma, estariam mais felizes pelo fato de ficarem unidos e da possibilidade de encontrarem emprego juntos; conseqüentemente, acabariam sendo mais produtivos nos seus trabalhos (SANTOSb, 2008). No entanto, essa era uma exigência da Sociedade Promotora, pois o governo da Província de São Paulo e o Governo Geral, ao trazerem imigrantes, permitiam a entrada dos solteiros, e concediam a esses o auxílio desde que comprovassem estar empregados na lavoura (SANTOSa, 2008).

Além de promover a entrada dos italianos, Santos (2008b) expõe que a SPI também tinha o propósito de agir no sentido de manter esses imigrantes fixos no Brasil, diminuindo o fenômeno de re-imigração para a Europa ou para outros países vizinhos - como a Argentina, que permitia a entrada de solteiros e concorria por esses trabalhadores. Ao fazerem isso, conforme Santos (2008, p.62):

Todo o ciclo estava garantido: localização dos imigrantes na Europa, seu transporte para o Brasil, transporte para São Paulo e a garantia de que não seriam desviados para outras atividades e localidades quando estes chegassem à Hospedaria, possibilidade muito concreta caso fossem deixados sem supervisão.

Apesar das tentativas anteriores e sem êxito do Governo quanto à trazer imigrantes, a Sociedade conseguiu ter sucesso pois, segundo Santos (2008a), proporcionou a imigração sem custos aos imigrantes - que não acumulavam mais dívidas com as despesas de viagem - e aos fazendeiros - que passaram a ter uma grande oferta de braços para as lavouras. Sendo assim, Petri (2010) narra que o financiamento beneficiava também os cafeicultores, pois evitava a descapitalização ao tornar o subsídio uma doação e não um empréstimo.

Petri (2010) mostra que a Sociedade Promotora agia em três diferentes focos: por meio do pagamento de subsídio a famílias imigrantes indicadas pelos familiares já estabelecidos no Brasil; do contrato com o governo provincial desde o recrutamento dos imigrantes, transporte do porto de origem até a chegada na Hospedaria do Imigrante, e, por fim, da administração da Hospedaria do Imigrante do Brás. Havia, portanto, em concordância com Petri (2010, p.9) três formas diferentes de imigrar:

aqueles que são indicados pelos familiares, que é o alvo principal da Promotora, são os subsidiados que não necessitam cumprir todo o processo burocrático para conseguir migrar; os espontâneos, que mesmo sem carta de indicação conseguem viajar subsidiados, e os espontâneos que viajam por conta própria e quando chegam procuram a Hospedaria do Imigrante para serem reembolsados dos gastos com a viagem.

Para garantir que os imigrantes que vinham iriam trabalhar nas lavouras, não era incentivada a vinda daqueles que realizassem outras atividades, todavia, muitos dos que se declararam lavradores para ter acesso ao subsídio, tinham outras profissões e, quando chegavam no Brasil, negavam-se a ir para as lavouras pois preferiam ficar nas cidades (PETRI, 2010).

Iotti (2011) explana que havia uma série de especificações na legislação produzida sobre as qualidades que o imigrante deveria ter para ser aceito, dentre elas, ter a agricultura como profissão, boa saúde, e idade até 45 anos - exceto se fossem chefes de família, mas, ainda assim se preferia os que possuíam algum capital. É possível também encontrar nos documentos os motivos mais comuns das rejeições: por ser artista, não constituir família, ser inválido ou porque já tinha estado no Brasil anteriormente (GONÇALVES, 2009). Além disso, o decreto imperial de maio de 1858 proibiu os navios de transportarem aqueles considerados loucos, idiotas, surdo-mudos, cegos e entevados, caso não viessem junto de alguém que pudesse sustentá-los (IOTTI, 2011).

Bontempo (2007) diz que, apesar das regras que descreviam o tipo de imigrante que deveria ser escolhido, as empresas de imigração, que tinham um número de imigrantes a enviar, acabavam pegando “válidos e inválidos, trabalhadores e vagabundos, tudo servia. A questão era preencher o número do contrato e fazer jus ao tanto por cabeça”.

Diante do exposto, é preciso chamar atenção para o fato de que esses imigrantes foram trazidos por um sistema organizado em benefício da elite. Assim, Jair de Souza Ramos (2003 apud PETRI), diz que o que aconteceu foi uma política imigratória, pois a imigração deve ser entendida como algo espontâneo. Ademais, por trás dos interesses quanto à essa política de imigração, Dean (1997 apud SANTOS, 2008b) relata que havia também uma vontade dos fazendeiros em implantar uma sociedade formada por europeus e de formar núcleos colonizadores que serviriam de viveiros de mão-de-obra, ao mesmo tempo que iriam produzir alimentos para as cidades.

Durante todo seu funcionamento, a SPI não teve nenhuma concorrência, pois, conforme Santos (2008b), nenhuma outra sociedade de imigração foi contratada para o serviço e, aquelas que tentavam eram rapidamente negadas. Mesmo após o final das atividades da Sociedade Promotora de Imigração, o sistema de subsídio às passagens continuou a existir e ser utilizado pelo governo republicano. O principal motivo desse esquema não ter sido dissolvido é porque os imigrantes possibilitaram o crescimento e desenvolvimento das lavouras de café, gerando acúmulo de capital para todos os sócios da empreitada.

A imigração se encerrou quando o imigrante estrangeiro passou a representar uma ameaça ao Estado, pois estes traziam consigo novas concepções de organização social, entre elas o socialismo e o anarquismo (GOMES, 2012). A partir de então, a imigração interna passou a ser valorizada enquanto a externa era diminuída cada vez mais. Em 1927, terminam os subsídios governamentais para a entrada de imigrantes, e, mais tarde, Getúlio Vargas estabeleceu a Lei de Cotas, que diminuiu os espaços para trabalhadores estrangeiros na indústria e nos sindicatos (GOMES, 2012). Terminava, portanto, o período denominado de a “grande imigração”.

### **1.3 Substituição da mão de obra escravizada ou embranquecimento da população?**

Outro motivo pelo qual os italianos foram atraídos ao país foi pela questão do branqueamento da população. Segundo Beneduzi (2011, p.7), entendia-se pela elite que somente colonos europeus poderiam regenerar o atraso agrícola do país,

supostamente gerado pelos escravizados de origem africana. Vainer mostra três pontos essenciais para compreender a introdução dos imigrantes nas lavouras:

a necessidade econômica, isto é, de braços adestrados e disciplinados; a necessidade eugênica, isto é, de diminuir a presença dos negros na sociedade brasileira e por fim, a de construir um povo nacionalmente unificado e integrado em padrões culturais homogêneos (VAINER, 2000 apud GOMES, 2012, p.143).

Deste modo, os intelectuais brasileiros da época criaram a tese da inferioridade do mestiço, construindo uma teoria de branqueamento na qual após três gerações a população seria totalmente branca (BENEDUZI, 2011). Nesse sentido, a vinda dos imigrantes - especialmente para São Paulo e Rio Grande do Sul - fazia parte desse projeto (BENEDUZI, 2011).

Para Beneduzi (2011), os italianos não foram escolhidos por acaso, mas porque eram tidos pela elite brasileira como racialmente superiores aos negros. Viriam para o Brasil para purificar a população nacional, tendo sido eleitos justamente pelas semelhanças linguísticas e religiosas. Martinico Prado apontava que os italianos, diferentemente dos alemães - que eram mais ligados às questões políticas - aceitariam mais fácil as condições impostas a eles devido a conjuntura que enfrentavam (apud LOPES, 2015, p.117).

Diante do exposto, Lopes (2015) justifica que a desculpa da escassez de mão-de-obra precisa ser discutida, pois, se o problema era a falta de trabalhadores, por que a elite queria substituir os que já existiam? Para os fazendeiros que buscavam expandir cada vez mais suas lavouras, realmente faltavam trabalhadores em grande número, mas, por outro lado, esse discurso também funcionava como estratégia para defender a política imigratória preocupada com o branqueamento (STOLCKE, 1986; AZEVEDO, 1987, MOURA, 1988 apud LOPÈS, 2015)

Havia também, outro obstáculo, referente a recusa dos fazendeiros a respeito da mão-de-obra escravizada - tanto pelas tensões quanto pelo racismo – e da recusa desses trabalhadores em continuar sob as péssimas condições existentes (LOPES, 2015). Além disso, os trabalhadores nacionais eram vistos como sinônimos de “vadiagem” e “indolência”, portanto, os italianos mudariam esse cenário com a experiência que traziam da Europa (LOPES, 2015).

Consoante Morila (2010), a historiografia insistiu, por muito tempo, em retratar a imigração italiana apenas como uma consequência da “falta de braços”, ou como uma solução “civilizadora” para o país. No entanto, como apontado, as razões eram muito mais complexas e permeavam diversas questões. Os motivos mudavam conforme os interesses, necessidades e possibilidades de cada setor da elite (MORILA, 2010).

#### **1.4 A viagem de travessia**

É muito presente nos relatos daqueles que realizaram a travessia transoceânica, as lembranças ruins sobre a condição dos navios onde enfrentaram longos dias - ou até mesmo meses - de viagem. Era comum - devido ao descaso dos recrutadores e das companhias de navegação com os imigrantes - que encontrassem a bordo condições críticas e insalubres. As acomodações eram péssimas e apertadas, havia pouca - ou nenhuma - higiene, aglomeração, superlotação e uma má conservação dos alimentos (REBELO, 2010). Todavia, um problema ainda maior a ser enfrentado eram as doenças, que se espalharam como um rastilho de pólvora dentre os passageiros, dizimando centenas e destruindo famílias. Sendo que os imigrantes que recebiam o subsídio da imigração viajavam todos na 3ª classe, a qual ficava nos porões dos navios - um lugar úmido e abafado que tornava-se uma grande estufa para a proliferação de doenças - eram estes os mais afetados pelas epidemias que ali surgiam.

A memória sobre a travessia é comumente contada através das gerações nas famílias de imigrantes. Zottis (2005) compreende que a travessia, no referente à construção das memórias familiares, têm o mesmo peso que outros fenômenos extraordinários que, pelo seu impacto, deixaram marcas nas vidas daqueles que o viveram. Entre os acontecimentos mais marcantes e difíceis de esquecer, está o fato de que, aqueles que perderam suas vidas durante o trajeto, acabavam sendo jogados ao mar. Para Rebelo (2010), a perda do familiar, associada à falta do ato de velar o corpo e enterrá-lo seguindo suas crenças e rituais, tornava tudo ainda mais doloroso.

Muitos desses imigrantes arrependiam-se de ter deixado a Itália ao passarem por momentos como esses, pois a grande maioria eram camponeses que depararam-se com um Novo Mundo que era diferente de tudo que conheciam. Aqueles que desembarcaram no continente norte-americano ainda passavam por inspeções

médicas, testes psicológicos, testes de QI e outras coisas das quais jamais haviam ouvido falar (REBELO, 2010).

O mais comum era que os imigrantes partissem para o Brasil de portos italianos, todavia, nos primeiros anos da imigração, também eram usados alguns portos franceses. As embarcações francesas eram precárias, superlotadas e geralmente à vela, o que fazia a viagem demorar mais tempo e ser ainda mais complicada (MAESTRI, 2012). Conforme De Amicis (1994 apud MAESTRI, 2012) os portos italianos mais usados eram os de Nápoles, Messina, Veneza, Marselha e Gênova, sendo que a maioria daqueles que vieram para o Rio Grande do Sul partiram do último. Todavia, o momento da espera pela partida do navio também reservava alguns perigos para os imigrantes. Esses corriam o risco de serem assaltados por vigaristas e larápios que rondavam os portões de embarque e, muitas vezes, infiltraram-se nas viagens (CABRINI, 1911 apud MAESTRI, 2012).

Havia um esquema entre os agentes de imigração e os taberneiros, que enviavam os imigrantes para o porto dias antes de sua partida para nesse tempo gastarem seu dinheiro (DE BONI; COSTA, 1984 apud MAESTRI, 2012). Durante os longos dias de espera em Gênova, De Amicis (1996 apud MAESTRI, 2012) explica que era comum muitos imigrantes procurarem albergues baratos ou até mesmo dormirem acampados nas ruas e praças por dois ou mais dias. Outros, ainda, buscavam algum trabalho para aumentar ou poupar suas economias.

Somente em janeiro de 1901 foi aprovada uma lei que visava proteger o imigrante desde de sua partida até a chegada no destino final. Foram criados também, segundo Iotti (1996 apud MAESTRI, 2012), o Comissariado da Imigração; o Conselho da imigração; os comitês municipais de imigração; os inspetores de imigração nos portos e os inspetores viajantes no Exterior.

No entanto, o maior risco que corriam era a possibilidade de uma doença a bordo, que era quase impossível de ser controlada (REBELO, 2010). Ao chegarem no Brasil contaminados, podiam perder toda a viagem ao serem recusados no desembarque e enviados de volta à Itália, no processo conhecido como *torna-viagem*. Posto isso, Rebelo (2010) explica que a cólera, a peste, ou a febre amarela fazia com que os

navios fossem impedidos de atracar no Porto do Rio de Janeiro, tendo, portanto, que retornar ao seu porto original.

A maior parte dos vapores que carregavam imigrantes eram de origem inglesa e pertenciam à companhia *Royal Mail Steam Packet Company*, pois, a Inglaterra, ainda em 1851 tinha estabelecido um serviço regular com destino ao Brasil, cujo dominou até 1889 (REBELO, 2010). Até chegar na América do Sul a empresa fazia paradas em muitos portos da Europa. Já no Brasil, Rebelo (2010) indica que os navios ainda percorriam três portos até chegar a Santos, sendo eles o de Recife, de Salvador e do Rio de Janeiro. Nesse movimento interminável de pessoas, as doenças se espalhavam com ainda mais facilidade, levando os médicos a serem ativos nos desembarques, submetendo os imigrantes a exames clínicos (REBELO, 2010).

Embora naquele período os estudos sobre as doenças não estivessem tão desenvolvidos, já era constatado que a aglomeração de pessoas e os maus hábitos de higiene contribuía para a proliferação das mesmas. Rebelo (2010) mostra que essa percepção gerou uma série de normas e padronizações de prevenção. Porém, da mesma forma que as doenças chegavam ao Brasil, muitas outras já existiam aqui, como a febre amarela, malária e verminoses, fazendo com que muitas vezes, países europeus proibissem a emigração para o Brasil, por falta de salubridade.

Entre agosto e setembro de 1893, mais ou menos seis mil pessoas tiveram que retornar à Itália sem a chance de desembarcar no Brasil por causa das doenças a bordo (REBELO, 2010). O vapor Carlo R. foi o caso mais crítico entre todos os que chegaram contaminados. Ele deixou Gênova em 27 de julho, fazendo uma parada em Nápoles onde embarcaram 1.300 imigrantes em direção ao Rio de Janeiro. O primeiro óbito se deu no dia 31, mas o comandante seguiu viagem, não dando importância para o fato (REBELO, 2010). Sua negligência quanto à situação fez com que a cólera se espalhasse rapidamente, já que, devido a lotação, não havia condições de isolar os doentes. Ao chegar no Brasil em 24 de agosto, havia mais de 100 mortos a bordo.

Aqueles que sobreviviam porém precisavam de atendimento médico após o desembarque, tinham dificuldades em receber ajuda, pois todo o sistema sanitário

usado na época - entre eles o Lazareto da Ilha Grande<sup>3</sup> e o Hospital Marítimo da Jurujuba - era precário e sem condições de receber tantos pacientes (REBELO, 2010). Além disso, os tratamentos existentes eram poucos e insuficientes.

### **1.5 As Hospedarias de Imigrantes**

As Hospedarias de Imigrantes foram criadas não somente nos pontos de chegada, mas também nos pontos de partida, sendo usadas para expedição e aferição de documentos, controle médico-sanitário e registro dos imigrantes (PAIVA; MOURA, 2008, apud SILVA, G., 2014). No Brasil, esses locais faziam parte do projeto criado pelo governo, apoiado na lei de 1881 que disponibilizou 150 contos a serem gastos com as despesas da imigração, que compreendia a construção de uma hospedaria (GONÇALVES, 2009). Era eminente, a partir de então, que somente trazer os imigrantes não era suficiente, pois, para que esse empreendimento funcionasse, era necessário uma estrutura completa para suprir as necessidades que eram demandadas (GONÇALVES, 2009).

Bontempo (2007) alerta que os principais pontos de desembarque de imigrantes no Brasil eram a Ilha das Flores no Rio de Janeiro e Santos em São Paulo. A Ilha das Flores possuía uma Hospedaria de imigrantes, que antes era um “estabelecimento de piscicultura, lavoura e fábrica de goma de fécula de mandioca” (ARAÚJO, 2005 apud BONTEMPO, 2007) que media 148.000m<sup>2</sup>. Esse local foi organizado pelo Patrimônio da União e iniciou as atividades no ano de 1883.

Inicialmente, quando ainda não existiam as hospedarias em São Paulo, os imigrantes ficavam em locais improvisados e pagos pelo Governo, próximos à estação de trem da Luz. Até que, em 1882, foi adquirido um edifício no bairro do Bom Retiro, onde fundou-se uma hospedaria com capacidade de receber 500 pessoas, contudo, Gonçalves (2009) indica que esse local era insuficiente para receber os milhares de imigrantes que chegavam cada vez em maior número, assim, em 1885 o governo autorizou a construção de uma nova hospedaria. O terreno escolhido ficava localizado no Brás e começou a ser erguido ainda em 1886. Um ano depois, em junho de 1887,

---

<sup>3</sup> O Lazareto da Ilha Grande - local escolhido pois era de fácil isolamento - começou a ser construído somente em 1884, com o propósito de agir no controle da propagação de epidemias. (REBELO, 2010,p.48) .

mesmo sem a finalização das obras, começou a abrigar os imigrantes que vinham da Hospedaria do Bom Retiro, a qual enfrentava um surto de varíola (GONÇALVES, 2009).

A construção foi concluída em 1888, com capacidade de receber três mil pessoas, no entanto, muitas vezes chegou a abrigar mais de 10 mil de uma só vez. As hospedarias também funcionavam como uma espécie de refúgio contra o mundo exterior. Assim que saíam dos navios, os imigrantes eram revistados por um funcionário do serviço de imigração que os levava até a *Estrada de Ferro Inglesa*, onde seguiam rumo à Hospedaria do Brás; ao chegarem lá, eram registrados e permaneciam esperando dentro do edifício - geralmente por poucos dias - até serem contratados por um fazendeiro, que os levaria direto para a fazenda (GONÇALVES, 2009).

Não tinham, portanto, qualquer contato com pessoas que não fizessem parte do esquema imigratório, e, sendo vigiados noite e dia, as chances de escapar eram poucas. Esse aparelho de vigilância acabou gerando protestos por parte dos imigrantes e dos cônsules italianos, que acusavam o local de ser uma prisão da qual só poderia se escapar depois de ter assinado um contrato para trabalhar numa fazenda de café (HOLLOWAY, 1984, apud GONÇALVES, 2009).

A Hospedaria do Brás possuía dois pavimentos contemplados com lavanderia, cozinha, pavilhão de desinfecção de roupas, assistência médica e odontológica, farmácia, laboratório, enfermaria, hospital, capela, correios e telégrafo (PAIVA, 2008 apud GOMES, 2012). Funcionava, conseqüentemente, como um grande mercado de força de trabalho, num complexo onde também eram anexados os escritórios da Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração, depois da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração, além de uma casa de câmbio (VANGELISTA, 1991 apud GONÇALVES, 2009).

No Rio Grande do Sul, a legislação gaúcha através da lei n°. 304 de 30 de novembro de 1854 já mostrava certa preocupação com os locais de recepção de imigrantes. Mas, foi somente em 1857, que Porto Alegre ganhou uma hospedaria e as leis e projetos começaram a contemplar, de fato, a construção de locais para hospedagem (IOTTI, 2001 apud SILVA G.). A maioria, no entanto, chegava através do porto de Rio Grande, que, também desde 1857 passou a organizar alojamentos para receber os viajantes. Inicialmente, era uma casa alugada próxima ao local do

desembarque, que foi fechada em 1866, e transferida, em 1867, para um novo local na rua do canal (SILVA G., 2014).

Gabriela da Silva (2014) diz que em Porto Alegre era usado, de modo improvisado, o chamado Quartel dos 70 Guaranis, que foi fechado em 1866. No ano seguinte, foi construído um barracão na Praça da Harmonia, que durou dezenove anos até ser fechada devido às condições precárias nas quais se encontrava. Foi criada, então, em 1890, a Hospedaria de Imigrantes do Cristal.

### **1.6 Os imigrantes no Rio Grande do Sul**

A lei de terras de 1850, assim como nas demais províncias, impulsionou a imigração gaúcha, pois estabeleceu o acesso à terra por compra e não mais por doação - anteriormente o governo concedia terras devolutas para as províncias administrarem para a colonização (HERÉDIA, 2021). Conforme Herédia (2021, p.109):

Essa lei contribui para a Carta de colonização da Província do Rio Grande do Sul, já que estabelece as normas e dá base à ocupação territorial na província. Define o tamanho e o valor do lote, as condições de pagamento, as exigências para a compra do lote, os valores que antecipava para a instalação dos imigrantes na terra, e as responsabilidades da Província quanto à demarcação e mediação das colônias.

Mas, foi somente através do regulamento de 8 de maio de 1854 que foram estipuladas as medidas para a demarcação das terras devolutas (HERÉDIA, 2021). Também foi criada a Repartição geral das terras públicas, para promover a colonização nacional e estrangeira pelo controle de terra (FREITAS JÚNIOR, 1882 apud HERÉDIA, 2021) e, nas Províncias, criada a Repartição especial das terras públicas (Ivi, 1882 apud HERÉDIA, 2021).

Iotti (2011) alega que através dos relatórios dos presidentes da província percebe-se que a vontade de trazer imigrantes era unânime, pois acreditavam que isso acarretaria num desenvolvimento rápido de todo território gaúcho. Ademais, exaltavam que os italianos possuíam disposição para o trabalho, caráter morigerado, e índole pacífica e ordeira (IOTTI, 2011). Além disso, os imigrantes brancos supostamente iriam contribuir para diminuição da criminalidade na província, fato que preocupava os governantes (IOTTI, 2011).

Acreditava-se que os colonos europeus iriam cooperar para o processo civilizatório do território gaúcho, introduzindo novidades no meio agrícola, na criação de gado, nas técnicas artesanais e nos hábitos de vida (IOTTI, 2011). Os imigrantes que vinham para o Rio Grande do Sul eram procedentes, em sua maioria, das regiões de Vicenza, Treviso, Pádua, Verona, Cremona, Mântua e Belluno (HUTTER, 1987). Diferentemente de São Paulo e outros locais, a imigração de italianos para os territórios gaúchos visava a colonização e ocupação de terras que não eram apropriadas para a pecuária.

No Rio Grande do Sul, as colônias italianas funcionavam de forma contrária às alemãs - voltadas para as atividades comerciais e industriais, estabelecidas próximas da capital do estado - tendo sua produção destinada para mercado interno das colônias. Os italianos estabeleceram atividades extrativas com o desmatamento dos lotes rurais, serrarias e a culturas de sobrevivência - como o milho, muito comum na alimentação dos colonos (HERÉDIA, 2021).

Fixaram-se, principalmente, nos campos de cima da Serra e na Depressão Central. Em 1870, foram criadas pelo Governo Provincial, as Colônias Conde d'Eu e Dona Isabel (POMATTI, 2011). Em 1875, o Governo Imperial assumiu a imigração e criou novas colônias, entre elas: Caxias (1875), Alfredo Chaves (1884), Silveira Martins (1887) e Mariana Pimentel (1887) (POMATTI, 2011). Conforme, Constantino (2011), em 1890, a colônia Dona Isabel foi emancipada e se tornou o município de Bento Gonçalves, em homenagem ao principal chefe farroupilha; já Conde d'Eu, foi emancipada em 1900, e tornou-se o município de Garibaldi.

Consoante Herédia (2021), algumas colônias conseguiram desenvolver negócios e evoluir rapidamente, como a Colônia Caxias, que tornou-se modelo para as demais. Em 1878, logo após sua fundação, Caxias já possuía “dez casas de secos e molhados, duas carpintarias, duas ferrarias, duas sapatarias, um alfaiate, uma barbearia, um moinho a vapor na primeira légua, dois moinhos na sétima légua, uma na quinta légua e outro na nona légua” (ADAMI, 1963, p.261 apud HERÉDIA, 2021. p.113). Todos os núcleos coloniais criados seguiam o mesmo padrão, com lotes instalados perto dos rios; organização do número de lotes em cada linha e a presença de uma capela em cada um (HERÉDIA, 2021).

Constantino (2011) menciona que em 1898, quando Borges de Medeiros tornou-se presidente do Estado, revelou suas intenções de aumentar o incentivo a imigração italiana, pois era notável o desenvolvimento da Região Colonial Italiana. Sua política repercutiu nas cidades, aumentando e diversificando a presença dos imigrantes.

Em 1914 o contrato entre o Governo Provincial e o Governo Republicano, feito em 1892, acabou, desse modo, as despesas com a imigração passaram a ser do próprio italiano (POMATTI, 2011). Além disso, Pomatti (2011) diz que, a revolução federalista estagnou a imigração e agravou a situação dos imigrantes, que passaram a ser vistos como inimigos, pois muitos eram opositores do grupo liderado por Júlio Prestes.

Muitos dos imigrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul acabaram se fixando nas zonas urbanas e exerciam profissões urbanas. As principais cidades escolhidas foram Porto Alegre, Santana do Livramento, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar e outras mais (POMATTI, 2011). Pelotas e Rio Grande também chamavam a atenção.

O contato entre etnias diversificadas gerou uma herança ao Rio Grande do Sul, composta de peculiaridades linguísticas (NETO, 2017). O modo de falar do ítalo-gaúcho é o resultado da mistura entre a língua-mãe dos imigrantes e o português. Assim, Neto (2017) considera que a fusão entre o italiano e o português formou uma *nova* linguagem, pois os imigrantes italianos criaram formas de comunicação que transformaram seu dialeto original em um dialeto ítalo-gaúcho. Além da herança linguística, os imigrantes também deixaram traços na arquitetura, paisagem e cultura brasileira.

### **1.7 Os imigrantes na cidade de Pelotas**

Em concordância com Bontempo (2007) Pelotas, mesmo sendo uma cidade no interior do Rio Grande do Sul, cuja economia era baseada na produção saladeril, tinha muitos atributos que atraíam os imigrantes, sendo inclusive chamada de Princesa do Sul. Assim, na década de 1880, a cidade:

[...] já chamava a atenção da Província e para a Província, identificada que estava, de um modo especial, com as artes e com as letras, numa espécie de desdobramento do seu apogeu econômico-urbano. Mas não menos famosa pelos seus barões, as suas damas, os seus doces, as suas festas, os seus

sobrados, os seus monumentos públicos, as suas lojas (MAGALHÃES, 1993, p. 106 apud BONTEMPO, 2007, p.9).

Os imigrantes que chegavam à Pelotas deparavam-se com uma estrutura industrial que além de manufaturar os produtos advindos das charqueadas (sebo para sabão e velas, couro), também contava com fábricas de cerveja, fumo, chapéus e massas, sendo que algumas dessas eram de proprietários italianos (BONTEMPO, 2007).

Pomatti (2010) explica que os italianos estavam presentes em Pelotas antes mesmo do início da política de colonização e de imigração organizada pelo Governo, que trouxe milhares de imigrantes para o Rio Grande do Sul a partir de 1875. Em 1829, já havia italianos na cidade, como o padeiro Luís Vinhoto e Pedro Brizolara, proprietário de um moinho; entre os sócios do Theatro Sete de abril, em dezembro de 1834, se encontram Constantina Gravani e Lourenço Fontani (PEIXOTO, 2003). Anjos (2000 apud POMATTI, 2010), chama atenção para os arquitetos José Izella Merote e Guilherme Marcucci, que, durante a década de 1860, construíram prédios importantes da cidade, como a Santa Casa de Misericórdia e a Beneficência Portuguesa.

Contudo, Pomatti (2010) conta que a atividade em que os italianos mais se destacaram na cidade de Pelotas foi a administração hoteleira. Também buscaram se organizar através de associações e, em 1873, surgiu a primeira Sociedade Italiana Pelotense, a Unione e Philantropia. Dez anos depois, em 1883, organizou-se a Sociedade de Socorros Mútuos Circolo Garibaldi. No final de 1885, as associações italianas existentes se uniram em uma só, a Sociedades Italianas Reunidas Unione e Filantropia e Circolo Garibaldi (POMATTI, 2010).

Conforme Marcos Hallal dos Anjos (2000 apud POMATTI, 2010), após o aparecimento das charqueadas, a atenção voltou-se para a exploração da madeira e formação de lavouras na região Serrana da cidade, iniciando o estabelecimento das colônias de imigrantes. No período em questão, a colonização foi impulsionada pelos empresários locais, que passaram a enviar colonos para a Serra dos Tapes (GRANDO, 1990. apud POMATTI, 2010). Em nove colônias da cidade de Pelotas foram encontrados italianos, todavia, só foram instalados em grande número na zona rural após a implantação das colônias oficiais, na década de 1880 (POMATTI, 2010).

Em 1886, diferente de outras cidades, Pelotas não tinha um local para hospedar os recém chegados - não havia nem mesmo um barracão -, portanto, muitas vezes, tinham que permanecer no porto à espera de empregadores (POMATTI, 2010). Ademais, os auxílios demoravam para chegar, deixando-os à própria sorte. Às vezes, eram alugados hotéis perto do porto e repassada uma quantia para gastarem com sua alimentação; outras vezes eram alojados de forma improvisada no Armazém da Mesa de Rendas Provinciais (BONTEMPO, 2007 apud POMATTI).

Apesar desse trabalho dar destaque a Colônia Maciel, existiam outras em Pelotas no mesmo período. No ano de 1849 foi fundada a Associação Auxiliadora da Colonização e, consoante Cerqueira (2010) as primeiras colônias Pelotenses foram Dom Pedro II (1849) e Nova Cambridge (1850) - constituída por ingleses -, e a Colônia de Monte Bonito (1850) - povoada por irlandeses e alemães. Em 1858, foi estabelecida também a Colônia Rheingantz, onde atualmente fica a cidade de São Lourenço, mas na época era parte de Pelotas (CERQUEIRA, 2010).

## CAPÍTULO 2. ASPECTOS SOBRE A COLÔNIA MACIEL

### 2.1 A fundação e formação da Colônia Maciel

Conforme descrito no trabalho de Cerqueira, Peixoto e Gehrke (2009) a Vila Maciel está localizada no 8º distrito de Pelotas (Rincão da Cruz), a aproximadamente quarenta quilômetros do centro urbano, com acesso pela BR 392 em direção ao município de Canguçu. Está, portanto, inserida no espaço geográfico chamado de Serra dos Tapes, que abrange parte dos municípios de São Lourenço do Sul, Turuçu, Pelotas, Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão e Morro Redondo (CERQUEIRA, 2010). Sobre o nome da localidade, Cerqueira (2010) explica que advém da forte presença - anterior ao início da colonização - de indígenas chamados “tapes”.

O povoamento da Colônia Maciel esteve enquadrado no projeto do Governo Imperial em busca de terras devolutas para colonização; mas também num processo de exploração econômica por parte dos charqueadores e estancieiros pelotenses, que viam na extração de madeira e na formação de pequenas lavouras uma prática lucrativa (PEIXOTO, 2003). A rentabilidade advinda da formação de colônias de imigrantes pode ser explicada a partir da Lei Provincial nº 304, que passou a permitir a venda de lotes de terra aos imigrantes (PEIXOTO, 2003). Conforme Grando:

Toda a Serra [dos Tapes] foi dividida em pequenas propriedades, as picadas multiplicavam-se e nelas o movimento crescia. Estabeleceu-se ali uma corrente de imigrantes, que geralmente não chegavam diretamente da Europa. Eram originários das colônias situadas mais ao norte do Rio Grande do Sul, sendo, na sua maioria, alemães. Mas afluíram para lá também espanhóis, austríacos, franceses e italianos, muitas vezes vindos mesmo de outras províncias. De caráter espontâneo, essa imigração era atraída pelos organizadores das colônias, que, com ela, auferiram grandes lucros.(GRANDO, apud PEIXOTO, 2003, p.9)

De acordo com Neis (2014), a Serra dos Tapes era uma região rica em matas e possuía um solo fértil, contudo, não era comumente utilizada para a agricultura até meados do século XIX. Antes da chegada dos imigrantes, esse local era explorado, sobretudo, pelos charqueadores, que enviavam os escravizados para essas terras, que, por serem terras banhadas por diversos arroios, durante os meses de junho a setembro, eram usadas para derrubada de árvores e para a fabricação de tijolos e telhas (NEIS, 2014). Nesse trajeto, muitos dos escravizados levados para a Serra dos

Tapes e para regiões próximas aproveitavam a oportunidade para fugir e, logo, fundaram um quilombo na área onde atualmente está localizada a Vila Nova (NEIS, 2014). Segundo Gutierrez:

Nos dias frios de inverno, quando o pasto estava ralo e o gado magro, não se matava. Encharcadas das chuvas, mais maleável, a argila era retirada para a preparação de tijolos e telhas. Os cativos passavam os invernos cobertos pelo barro úmido que extraíam, moldavam, queimavam e levantavam a cidade que nascia e crescia a sombra da escravidão (2001, p.230 apud NEIS, 2014, p.659).

Posto isso, a partir do estudo de Cerqueira (2010), é exposto que a Colônia Maciel é a única colônia estabelecida pelo governo imperial na região, pois, no período compreendido entre os anos de 1881 e 1882, o Governo Provincial fundou em Pelotas os núcleos coloniais Accioli, Affonso Penna e Maciel, entretanto, apenas a última perdurou. Neis (2014) diz que, como especificado no Livro Tombo da Paróquia de Sant'Anna, a divisão das terras foi feita em lotes coloniais onde, a partir de 1883 e 1884, foram acomodados os primeiros imigrantes italianos - que vinham, em sua maioria, da região do Vêneto, mais especificamente da Província de Treviso. Consoante o Livro Tombo:

[...] O nome de Colonia Maciel, teve origem do primitivo nome dono desta data de mattos, de 50 colonias mais ou menos, Fulano De Tal ... Maciel. No anno de 1883 (ou 1884 - início da colonização) mais ou menos, mandaram elle dividir esta data de mattos em lotes coloniaes, e um anno depois introduzia alguns colonos (emigrantes) italianos da região Veneto em sua maioria da Provincia de Trevisa. No centro destas colonias o governo mandou construir um Barracão, onde os emigrantes moraram por algum tempo, até collocá-los nos lotes coloniais. Aos primeiros que aqui chegaram deu um lote urbano, perto d'onde construíram o dicto Barracão. Mais tarde servia de capella. Na mesmma ocasião o governo designou 4 lotes urbanos para o Cemeterio da Colonia e um lote para a Igreja, que era o lote que se achava o Barracão. Esta Colonia fica quasi toda no quinto districto de Pelotas, pela nova divisão dos municipios, de Pelotas e Cangussú. Foi nos annos de 1884 a 1886 que vieram os primeiros colonos, para a Maciel. [...] (apud NEIS, 2014, p.660)

Além do Livro Tombo, igualmente é possível encontrar fontes sobre a Colônia Maciel através dos relatos daqueles que viveram ou passaram por ali nos seus anos iniciais ou mesmo após muito tempo de sua fundação. Exemplo disso é o material produzido por Carl Otto Ullrich - um professor primário, agrimensor e pastor evangélico - que descreveu a Colônia Maciel e também outras colônias próximas, durante a última década do século XIX (NEIS, 2014). Ele narra que a Maciel foi uma das últimas colônias

criadas pelo Imperador Dom Pedro II na Província de São Pedro, tendo sido a quinta colônia de criação imperial. Em Ulrich (1898, p.5):

À esquerda de Santa Helena situa-se paralelamente, Maciel, uma colônia do governo de 50 lotes de 360.000 m<sup>2</sup>, habitada por 56 famílias italianas num mesmo número de casas. Há 5 casas comerciais, dois moinhos, uma escola da comunidade, uma escola do governo e uma igreja católica. A produção é de milho, feijão, tremoço, vinho, cevada, trigo, etc.

O religioso Cônego José Barea, secretário do Arcebispo Metropolitano Dom João Becker, também detalhou aspectos da Colônia Maciel:

Colônia Maciel (Pelotas) - Diverse famiglie italiane, la maggior parte trevisane e vicentine, hanno fondato questo núcleo coloniale, oggi sede di parrocchia, eretta da D. Giacobbe Lorenzet; ma, dovuto all'isolamento in cui si trovano, hanno perduto quase interamente l'uso d'ella lingua italiana. Il loro numero ascende a 125 famiglie.<sup>4</sup> (VAZATTA, 1997, p. 119 apud NEIS, 2014, p.660)

Apesar da formação desses núcleos e do incentivo à exploração das terras da Serra dos Tapes, os lotes tiveram baixa procura, sendo, portanto, vendidos para a província. Mais tarde, no ano de 1885, por meio de um decreto imperial, as colônias já formadas passaram a ser administradas pelo governo provincial (NEIS, 2014).

Segundo Peixoto (2003 apud LACERDA e MAZZUCHI, 2011), a colonização da Serra dos Tapes, ocorreu, então, através de duas vias: pela imigração espontânea e pela imigração organizada tanto pelo governo quanto por particulares, - como os charqueadores e estancieiros -, que, em concordância com Grando, "(...) apossavam-se das terras de mato contíguas às suas propriedades e transformavam-nas em colônias a serem vendidas aos imigrantes, retendo para si, todavia, as terras planas (...) (1990, p.18 apud LACERDA e MAZZUCHI, 2011, p.1).

A Colônia Maciel - bem como a região ao seu redor - foi dividida em pequenas propriedades, onde ficaram instalados os imigrantes que não eram considerados novos, pois, em sua maioria, não chegavam diretamente da Europa; mas sim de outras colônias situadas mais ao norte do Rio Grande do Sul e também de outras Províncias (NEIS, 2014). Apesar disso, Ulrich (1898) aponta que a Maciel - além das colônias Santo Amor e Municipal - também recebeu imigrantes novos.

---

<sup>4</sup> Colônia Maciel (Pelotas) - Várias famílias italianas, a maioria de Treviso e Vicenza, fundaram este núcleo colonial, hoje sede de uma paróquia, mandada construir por D. Giacobbe Lorenzet; mas, devido ao isolamento em que se encontram, perderam quase totalmente o uso da língua italiana. Seu número sobe para 125 famílias (VAZATTA, 1997, p. 119 apud Neis, 2014, p.660)

Em 1888 desembarcaram em Pelotas mais setenta e dois imigrantes italianos - chamados pelos parentes que já moravam na colônia -, que foram instalados em lotes na Colônia Maciel. No ano seguinte, o primeiro núcleo já estava sendo ocupado por 50 famílias (PEIXOTO, 2003 apud NEIS, 2014).

Quanto à propaganda sobre a Colônia Maciel, Peixoto (2003) indica que Ullrich reforçava em um parecer extenso e completo, as vantagens das colônias brasileiras. A partir de Ullrich (apud PEIXOTO, 2003, p.11):

As condições são favoráveis sobretudo para aqueles imigrantes que já lidavam com a agricultura na Europa. (...) Para agricultores com famílias, para trabalhadores solteiros e casados, as perspectivas são favoráveis. É evidente que adultos e crianças precisam trabalhar. (...) Nos primeiros tempos o recém-chegado também enfrenta certos fracassos e desilusões, mas com um pouco de esforço e de perseverança, todas as falhas serão logo supridas.

Apesar de destacar a qualidade dos lotes - que seriam cobertos por matas com madeira de lei ótimas para venda ou para construção das casas -, Ulrich também revelava os problemas da Colônia, como as terras acidentadas, a quase inexistência dos lotes aráveis e as péssimas condições das estradas (POMATTI, 2011). Em vista disso, Pomatti (2011) afirma que Ulrich tinha a intenção de propagandear as terras da Serra dos Tapes e atrair imigrantes, pois informava o tamanho dos lotes e os preços de cada um. Por outro lado, o Diário Popular publicou um artigo em agosto de 1891, no qual salientava os problemas da Colônia, dizendo que:

A Colônia Maciel, protegida pela municipalidade, como sua criação, muito pouco tem adiantado; formou-se, é verdade o núcleo colonial com regular número de lotes; muitos, porém, foram mal distribuídos e cometeu-se à falta gravíssima de ter essa colônia privada por muito tempo de uma estrada de rodagem; não podia prosperar e já foi alguma coisa não se aniquilar de um todo (apud POMATTI, 2011, p.58).

Bontempo (2007) discorre que, após os imigrantes chegarem em Pelotas, eram encaminhados para os núcleos coloniais, para uma hospedaria ou outro local que pudesse recebê-los. Na falta desses, era provido “alimento pelo espaço de 8 dias, marcando a despesa de 400 réis diários para cada um adulto e 200 réis para cada criança” (D.P., 26/02/1889, apud BONTEMPO, 2007, p.8). Nas colônias encontravam um “lote de terra completamente em mato” (BRASIL, 1886, p. 18 BONTEMPO, 2007, p.8), e, além do parcelamento do lote, da hospedagem e do transporte dentro do país, nada mais era ofertado.

Apesar de hoje em dia a localidade em questão se chamar Vila Maciel, ainda é amplamente conhecida como Colônia Maciel. É necessário frisar, no entanto, que o termo "colônia" sofreu modificações quanto ao seu significado ao longo do tempo. No século XIX, era usado para identificar uma área específica de colonização, porém, atualmente denomina de forma genérica uma área da zona rural (PEIXOTO, 2003, p.6).

## 2.2 A partilha das terras e o trabalho

Em conformidade com Peixoto (2003), a Maciel, bem como outras colônias fundadas na mesma época, foi emancipada em pouco tempo e passou a se auto-administrar, pois, o governo, empenhava-se apenas com a venda dos lotes e com a liquidação das dívidas dos colonos. Segundo Neis (2014), era adicionado ao preço de cada lote, um percentual de 20%, referente aos impostos e aos gastos que o Governo Imperial tinha investido no imigrante e sua família.

Pelo mapa estatístico datilografado por Lino Ribes em 1985, se tem acesso à informações importantes sobre a divisão dos lotes da Colônia Maciel, nome dos proprietários e membros de sua família; além do estado civil; religião, naturalidade, área em m<sup>2</sup>, valor do lote, data de entrada e título provisório (PEIXOTO, 2003). Através deste, nota-se que em 1884, os lotes já estavam sendo preenchidos por famílias italianas (PEIXOTO, 2003).

De acordo com Peixoto, os relatórios da época descrevem que as terras ocupadas pela Colônia Maciel compreendiam uma área total de cerca de 18.564.848 m<sup>2</sup>, e eram fracionadas em três núcleos:

**1º núcleo:** composto por 50 lotes rústicos e 31 urbanos, sendo que 2 destes lotes foram reservados para o cemitério e a escola e, posteriormente, um deles foi dado ao vigário de Canguçu para a construção da Igreja. Área total de 13.840.744 m<sup>2</sup>. **2º núcleo:** composto por 7 lotes rústicos. Área total de 2.677.285 m<sup>2</sup>. **3º núcleo:** composto por 8 lotes rústicos. Área total de 2.046.819 m<sup>2</sup> (PEIXOTO, 2003, p.12-13).

Ainda, segundo Peixoto (2003), os lotes dos núcleos 2 e 3 acabaram sendo vendidos através de uma concorrência pública, com a condição de serem pagos à vista. Certos pedaços de terra, foram, algumas vezes, medidos judicialmente por requerimento de supostos proprietários, entretanto, devido a falta de documentos que

provassem sua propriedade, foram consideradas de domínio do Estado (PEIXOTO, 2003).

Ao chegarem na Maciel, as famílias eram colocadas no chamado *barracón* - um galpão de madeira construído pelo governo - por cerca de um ano ou até serem movidos para as suas terras, as quais poderiam pagar num período entre 5 e 15 anos (PEIXOTO, 2003). Após estarem devidamente instalados, fabricavam quase tudo o que necessitavam, desde os alimentos até os móveis e instrumentos de trabalho. Compravam, nas casas comerciais - como a Casa dos Gruppelli - apenas aquilo que não tinham como produzir por conta própria (PEIXOTO, 2003).

Ullrich (apud PEIXOTO, 2003) evidencia que, semeavam milho para obter a polenta e a palha, que era usada como feno para os animais e para forrar os colchões. Entre as colheitas de vinho, plantavam o trigo - cuja palha servia de matéria prima na confecção de chapéus e cestos. Costumavam cultivar muitas árvores frutíferas, e, a partir dos frutos, faziam as tradicionais geléias, compotas e doces. Criavam vacas, porcos e galinhas para consumo da carne e produção de toucinho, salame, linguiça, queijo e banha. Ademais, os colonos produziam *graspa*<sup>5</sup>, e os que tinham mais dinheiro, construíram moinhos, que eram usados por todos na região.

Além dos itens já citados, fabricavam as próprias roupas, os tijolos, os utensílios domésticos, e também os brinquedos dos seus filhos (PEIXOTO, 2003). As mulheres também faziam costuras para aumentar a renda da família e produzir as próprias roupas e enxovais. Enquanto os filhos homens significavam mais mão-de-obra e costumavam receber um pedaço de terra na propriedade da família e permanecer no local após o casamento, as mulheres eram destinadas a ir embora, mudando-se para a casa do marido (NEIS, 2014).

Maciel e Ferreira (2011) afirmam que um dos maiores problemas encarados pelos moradores da Colônia Maciel era o acesso e comunicação com a cidade e com as demais colônias. Isso gerou nos colonos um esforço em serem praticamente auto-suficientes.

Desde o início da colonização, havia nas propriedades uma inter-relação entre as casas e os locais de trabalho, como lavouras e currais (PEIXOTO, 2003 apud MACIEL

---

<sup>5</sup> aguardente feita do resíduo de uvas espremidas;

e FERREIRA, 2011). Com base na explicação de Peixoto (2003), a construção de prédios com dois pavimentos - onde no térreo ficava o armazém de grãos, adega, ou o curral; e no pavimento superior a moradia da família - era muito usada para proporcionar a otimização do tempo nas atividades diárias, pois o deslocamento era quase inexistente. Atualmente, mesmo com as muitas alterações que aconteceram na Colônia Maciel devido às melhores condições de vida, as ideias relativas às condições de trabalho e às relações pessoais ainda permanecem muito semelhantes (PEIXOTO, 2003 apud MACIEL e FERREIRA, 2011). Assim, mesmo com a separação entre a casa e o local de trabalho, a distância mantida entre eles ainda é curta, mantendo o padrão criado pelos primeiros imigrantes.

A produção dos móveis e utensílios domésticos era facilitada pela disponibilidade de matéria prima existente na região, mas a principal razão de serem fabricados pelos próprios colonos, era a carência de fundos para comprá-los prontos (PEIXOTO, 2003). O pouco dinheiro que conseguiam acumular após as safras era usado para o pagamento do terreno e também para a aquisição de máquinas e ferramentas de trabalho que não podiam ser feitas por eles mesmos.

Alguns conseguiram trazer pequenos instrumentos em suas bagagens, como serrotes, puas e o cortéu - instrumento de origem italiana utilizado para realizar a colheita de uvas na Itália. Aqueles equipamentos que não podiam trazer, produziam igual ou com aperfeiçoamentos para se adaptar às condições locais, como o macerador de uvas (PEIXOTO, 2003).

Os moinhos foram utilizados como parte da atividade econômica desde o começo da colonização da colônia Maciel e, ainda hoje, encontram-se exemplos bem conservados, como o prédio do moinho Gottinari (PEIXOTO, 2003). Apesar da ampla difusão destes entre a comunidade, com o avanço das atividades e a necessidade de expandir os negócios, em poucos anos os moinhos perderam espaço para as fábricas de compotas artesanais, que durante muito tempo estiveram à frente da economia local (PEIXOTO, 2003).

Embora as muitas dificuldades encontradas nos anos iniciais, Peixoto (2003) discorre que, a partir do seu esforço, em poucos anos as famílias de imigrantes da Maciel conseguiram evoluir notavelmente.

### **2.3 Panoramas gerais sobre a vida dos colonos**

Entre as pausas do trabalho nas lavouras, os imigrantes buscavam momentos de lazer em família e junto da comunidade. Organizavam jogos e bailes, onde reuniam-se para aproveitar a vida, deixando de lado as mazelas diárias e as dificuldades. Consigo, trouxeram alguns jogos tradicionais na Itália, como a Mora, o três sete, o sequilho e o jogo de bocha (PEIXOTO, 2003).

O futebol, apesar de não ser tão comum na Itália naquela época, ganhou muita importância entre os colonos, por vezes, colocando os jogos típicos do seu país de origem em segundo plano (PEIXOTO, 2003). Peixoto (2003) afirma que o sucesso do futebol se dava pois agregava grandes montantes de pessoas e servia como base para atividades secundárias, como bailes e festas para escolha de rainhas.

Já as reuniões de família, como citado anteriormente, não eram tão comuns devido a distância entre as casas - muitas vezes os parentes moravam em outra colônia, ficando inacessível de acontecer visitas frequentes. O meio de transporte também dificultava o acesso, pois era o mesmo utilizado para o trabalho, como as carroças e carretas - de cavalos ou de bois (MACIEL e FERREIRA, 2011). Era, portanto, mais comum que se encontrassem apenas em ocasiões excepcionais, como os casamentos. Outra atividade que acontecia com frequência na colônia eram as carreiras, também conhecidas como pencias (corridas de cavalos em cancha reta) (PEIXOTO, 2003).

Maciel e Ferreira (2011) apontam que eram feitos na Colônia Maciel muitos bailes e chás dançantes, sendo que possuíam até mesmo um calendário "oficial" com as festividades mais importantes, como os bailes de Natal, de Ano Novo, de Páscoa e a escolha da rainha da colônia. Essas festas repercutiram em vários lugares, atraindo pessoas de Pelotas e de outros municípios, tendo sido registradas até mesmo nos jornais, como o Diário Popular.

Nos domingos, os colonos costumavam ir às vendas para comprar mantimentos, e, sendo essa uma atividade que normalmente era desempenhada pelos homens, aproveitavam o momento e o encontro com os vizinhos, amigos e conhecidos para consumir bebidas alcólicas (SCARPIM, 2014). O mesmo autor (2014) complementa que esses estabelecimentos habitualmente abriam aos domingos pois era o dia em que

geralmente não se trabalhava nas lavouras, sendo reservado para o descanso e para participar da missa.

Mas, assim como os dialetos, as festividades e o lazer também foram afetados pelo Estado Novo. O jogo de Mora, por exemplo, foi esquecido e deixou de existir na região - mesmo ainda sendo praticado em outros locais do Rio Grande do Sul, como no Vale Vêneto (PEIXOTO, 2003).

#### **2.4 O Museu Etnográfico da Colônia Maciel**

O Museu Etnográfico da Colônia Maciel (MECOM) foi fundado entre 2004 e 2006, pelo Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia - LEPAARQ com o apoio do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (GEHRKE, 2012). Foi desenvolvido como fruto de uma pesquisa que aconteceu de abril de 2000 a maio de 2002 - e tinha como objetivo resgatar a memória histórica da formação e da trajetória dos imigrantes de fala italiana que colonizaram o município de Pelotas, incluindo a colônia rural e a comunidade urbana. Esse projeto contou com estudos sobre a história oral, iconografia e arqueologia/cultura material. Gehrke (2012) explica que a Colônia Maciel foi o local escolhido para sediar o Museu com base em dois critérios:

**a)** foi identificada como a mais representativa da presença italiana na região de Pelotas (ANJOS, 1995); **b)** apesar de ter sido implantada pelo governo Imperial, jamais foi reconhecida como tal pela historiografia, causando, assim, um descontentamento para a comunidade de ítalo-descendentes, que deseja o reconhecimento histórico da Colônia Maciel como a 5ª Colônia Italiana do RS.

Gehrke (2012) afirma que a ideia de criar o museu surgiu após os moradores da Colônia Maciel demonstrarem grande interesse em ter um local que preservasse as lembranças e trajetórias sobre a imigração, pois, até então, esses relatos eram contados apenas pelos moradores mais antigos. Desde o começo da organização do material, a população esteve muito envolvida e doou vários itens para o museu. Além das entrevistas que compõem um rico material para estudos.

Esse espaço de guarda permitiu que os mais diferentes atores sociais vissem a si próprios como sujeitos ativos na produção e na preservação das memórias, participando diretamente da construção do espaço (GEHRKE, 2012). Os moradores passaram a valorizar o “ser italiano” e buscaram resgatar antigas tradições que até

então estavam esquecidas. Gehrke (2012) usa como exemplo a produção do vinho na Colônia Maciel, que esteve praticamente extinta até o final da década de 1990, mas foi reativada com a abertura do Museu.

A escolha do antigo prédio da escola Garibaldi como sede do Museu é explicada por Neto (2017) como o fato de que:

As casas construídas durante a colonização italiana, atualmente, nas cidades, são usadas como comércios e outras funções distintas da residência no espaço urbano. Já no meio rural essas construções ainda funcionam como casas ou depósitos. De qualquer modo, essas construções ligadas a imigração, exercem um apelo turístico na paisagem, formando espaços de preservação da memória, de recordação ou, como enfatizou Claval (1999 apud NETO, 2017, p.15), os espaços memoráveis.

Além de propagar a memória, o museu também divulga a paisagem colonial, contribuindo para a economia dos ítalo-descendentes, que se sustentam através da produção familiar (GEHRKE, 2012). Assim, o museu etnográfico permitiu uma nova forma de valorização das memórias naquela região e despertou nos moradores a vontade de continuar esse legado e preservação da memória coletiva dos ítalo-descendentes (GEHRKE, 2012).

Atualmente, o Museu Etnográfico da Colônia Maciel não se encontra em funcionamento e, infelizmente, não foi possível esclarecer os motivos pelos quais encerrou suas atividades e se irá reabrir em algum momento. Boa parte de seu acervo, como citado anteriormente, está guardado no LEPAARQ, situado no Instituto de Ciências Humanas da Ufpel.

## **CAPÍTULO 3. AS MEMÓRIAS SOBRE A IMIGRAÇÃO CONTADAS PELOS DESCENDENTES**

### **3.1 Breves apontamentos sobre os conceitos de Identidade, memória, História Oral e Tradição Oral**

Tendo como base a explicação de Woodward (2009), a qual diz que a emergência de diferentes identidades é histórica, e, portanto, está localizada num ponto específico do tempo, podemos afirmar que a busca pelos vínculos italianos, onde descendentes, muitas vezes de terceira ou quarta geração vão em busca de uma identidade e a reivindicam para si, faz parte desse processo e é algo próprio do tempo em que vivemos. Para Woodward (2009) as identidades são reivindicadas por meio do apelo ao uso de antecedentes históricos, nesse caso, a imigração de um ascendente em comum.

Sendo a identidade formada entre indivíduo e sociedade, podemos dizer que a “identidade” italiana dos descendentes é construída em conjunto com a família e com o grupo que compartilha das mesmas origens, pois ela consiste na “ identificação própria e a identificação reconhecida por outros (MAXWELL, 2020).”<sup>6</sup> A construção de uma identidade é marcada pela diferença simbólica com as demais, e Woodward (2009) destaca que essa discrepância pode ser uma bandeira nacional, por exemplo, ou, nesse contexto, a própria descendência italiana, que se distingue daqueles que descendem de alemães ou portugueses, por exemplo.

Para a autora em questão (2009), as pessoas assumem certas identidades e se identificam com elas. A própria busca pela identidade italiana acontece como consequência da identificação dos sujeitos com essa matriz, que foi construída e conservada ao longo do tempo, mesmo que a única relação direta dessas pessoas com a Itália seja um ancestral distante.

Woodward (2009) diz que: “ao afirmar uma determinada identidade, podemos buscar legitimá-la por referência a um passado - possivelmente glorioso, mas de qualquer forma, um passado que parece real - que poderia validar a identidade que reivindicamos”. Portanto, ao apropriar-se de uma certa identidade nós estamos a construindo ao mesmo tempo em que reconstruímos o passado.

---

<sup>6</sup> Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21902/21902\\_3.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21902/21902_3.PDF)

Candau (2012) cita Maurice Halbwachs, cujo diz que os conceitos de identidade e memória podem ser mais facilmente percebidos através do que ele chama de " laço vivo das gerações", ou seja, a memória genealógica e familiar. Para Halbwachs (apud CANDAU, 2012, p.137), as lembranças compartilhadas pelos familiares formam a identidade particular da família. Conforme Candau:

A genealogia pode ser definida como uma "busca obsessiva de identidade" que se apresenta com mais força quanto mais as pessoas experimentam o sentimento de se distanciar de suas "raízes". Ela se alimenta de jogos identitários no presente, aos quais se submete o passado (CANDAU, 2012, p.137)

Essa explicação oferecida por Candau serve para esclarecer o porquê na atualidade milhares de brasileiros buscam formas de encontrar suas raízes italianas e de praticar essa cultura que assumem para si. O "distanciamento das raízes" gera a curiosidade de descobrir mais sobre esse passado que parece tão próximo e ao mesmo tempo tão distante. Um passado do qual se ouviu muito falar mas se sabe muito pouco com clareza. Seja por mera curiosidade ou pelo desejo de obter a dupla cidadania, o crescente número de produções historiográficas sobre esse assunto é prova de que esse tema, apesar de muito difundido, ainda gera destaque e debate.

Candau (2012) aponta que, segundo explica Anne Muxel, a memória familiar é a fonte organizadora da identidade de um sujeito. Conseqüentemente "a memória e a identidade pessoal devem sempre compor com a memória familiar", pois a memória familiar é uma memória forte, e permanece viva mesmo em casos de rupturas (CANDAU, 2012, p.141). Segundo ele:

Solidariedades invisíveis e imaginação vinculam sempre um indivíduo aos seus ascendentes: a memória familiar é a nossa "terra", de acordo com os termos de um informante de Anne Muxel, é uma herança da qual não podemos nos desfazer e que faz com que, como diz Rimbaud, percorramos lugares desconhecidos sobre os traços de nossos pais (CANDAU, 2012, p.141).

As memórias sobre as origens são muito importantes para a formação dos indivíduos, pois confere a eles parte de sua personalidade e localiza seu lugar e pertencimento na comunidade. Candau (2012) afirma que quando um grupo é privado da memória de suas origens, seus membros criam uma elaboração complexa e incerta da sua própria identidade. Os mitos e as histórias de origem conferem identidade a um

grupo, o que os une e aproxima por terem uma série de coisas em comum. Para Candau (2012, p.96):

Desse modo, os beneficiários do mito se veem como os únicos a terem sido favorecidos por essa relação, e esse parentesco privilegiado tem por efeito dotar esse grupo humano de sua identidade em relação aos outros, provendo uma forte coesão entre seus membros, ou de uma grande parte dentre eles.

Gehrke (2012) diz que é muito difícil distinguir memória e identidade, já que ambas estão ligadas pois “a representação que os membros de um grupo fazem de sua identidade (sua essência) inclui a incorporação de traços que se acredita pertencerem a um passado comum.” Entre os laços primordiais que estão no fundamento da etnicidade<sup>7</sup> encontramos sempre a referência a uma origem comum (CANDAU, 2012). Portanto, a memória, segundo Delgado (2003), atua como esteio das identidades e suportes do ser humano no mundo. Poulet afirma que: “Graças à memória, o tempo não está perdido, e se não está perdido, também o espaço não está. [...]” (POULET, 1992, p. 54-5 apud DELGADO, 2003, p.14).

Santos e Zanini (2014) citam que para Halbwachs (1990), a memória é a leitura sobre o passado que é realizada no presente. Desta forma, as autoras afirmam que, através da tradição oral, os descendentes aprendem, por meio do processo socializador familiar e coletivo, a amar a Itália e sua cultura mesmo que nunca tenham estado fisicamente no país.

A tradição oral existe há milhares de anos e consiste em repassar os conhecimentos de geração em geração. A maior parte das coisas contadas não estão escritas em livros, muitas das pessoas que contam histórias, não sabem ler ou escrever. A tradição oral geralmente é transmitida pelos mais velhos da família ou de um grupo, são as “nonnas” e os “nonnos”, que contam para seus netos as suas aventuras, que num futuro serão lembradas por estes e até mesmo compartilhadas novamente.

Para Alves (2016) a história oral pode ser descrita como a metodologia de pesquisa através da qual as vozes dos sujeitos geralmente desprezados pela história oficial têm suas vozes ouvidas e registradas. Dessa forma, a história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras (ALVES, 2016). E ao lhes dar um

---

<sup>7</sup> a consciência de que faz parte de um grupo étnico

passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas (THOMPSON, 1998, p.337 apud ALVES, 2016).

Como procedimento metodológico, a história oral busca registrar – e, portanto, perpetuar – impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos (MATOS e SENNA, 2011, p.97)

Assim, Weber diz que os descendentes de imigrantes, com seus depoimentos, podem prolongar no tempo o alcance dos estudos sobre identidade social. Weber (2013) reforça que na história oral, a transmissão da memória intergeracional é muito importante pois faz “daqueles que ouviram os relatos vívidos das testemunhas diretas, muitas vezes de modo repetido, informantes privilegiados, portadores daquilo que Halbwachs (2006) denomina “memória coletiva”.

Essa memória familiar é reforçada pela manutenção de objetos dos antepassados que, assim como as lembranças orais, são repassados às novas gerações: “E pelo fato destas caixinhas conservarem objetos que permitem a evocação de experiências e histórias vividas por suas proprietárias, e também por membros do grupo imigrante, elas foram consideradas como ‘lugares de memória’” (Pereira, 2008, p. 121 apud WEBER, 2013, p.9)

Ao se trabalhar com o uso das memórias - não somente relativas à imigração - e com esse passado quase mítico, devemos cuidar para não cair em certas armadilhas acerca desse período ou de se criar certas farsas de que aquela história contada é totalmente verdadeira.

Assim, segundo Bao (2015), por mais que se constitua romanticamente as memórias, tradições e paixões dos sujeitos e represente a “identidade étnica” de um “povo”, a italianidade também ressoa a lógica hierárquica da diferença colonial. Por isso, é de extrema importância que se tenha cuidado para não perpetuar ideias racistas ou discriminatórias que ainda estão atreladas a esse imaginário. Os italianos são descritos, muitas vezes, como os desbravadores e heróis, todavia, deve se ter em mente o fato de que, apesar de todas as adversidades que enfrentaram, contaram, em diversos momentos, com o apoio das autoridades brasileiras ou italianas.

### 3.2. A conexão com o passado e a busca pelas raízes

A busca pelas raízes surge da necessidade de se ter acesso a esse tempo que passou e do qual se sente saudade ou se tem curiosidade de saber mais. Beneduzi (2009) disserta que esse sentimento se acentuou no século XXI, onde a insegurança do presente, gerada com a globalização e a substituição quase mecânica e instantânea das coisas traz um aumento na busca de coisas que transmitam a sensação de pertencimento e durabilidade. O desaparecimento das tradições e dos princípios gera um sentimento de perda cujo cria formas de se reviver o passado, como produções cinematográficas, literárias, turísticas e de museificação, onde, aparentemente, o tempo não passou.

Halbwachs (1990) descreve que é inerente ao ser humano interessar-se pelos acontecimentos ao qual se foi envolvido e que são contados pelos relatos das pessoas mais velhas. Inebriado pelas histórias do passado onde não há a influência do tempo, Halbwachs (1990) alega que é comum a lamentação por não ter vivido esse período ao qual se conheceu de fora, apenas através das exposições alheias.

Zanini (2004) menciona que a construção da noção de italianidade, foi feita desde a partida dos emigrados italianos até as gerações atuais, num processo de enraizamento do migrante em terras brasileiras. Descobrir mais sobre esses acontecimentos e percursos da família, ganhou grande força simbólica para muitos descendentes que fizeram o percurso dos imigrantes ao contrário, indo à Itália para conhecer a região onde viviam os antepassados (ZANINI, 2004).

Após a proibição de ser italiano no Brasil gerada em consequência da segunda guerra mundial e do Estado Novo, Carnieri (2013) relata que, a partir dos anos 1950, aconteceu gradativamente um resgate dessas raízes e a organização de festas e associações voltadas para a causa italiana. Essa valorização é facilitada pela ação dos chamados “agentes interétnicos”. Carnieri diz que:

Parte das memórias construídas e hoje narradas legitimamente toma como base alguns dos livros escritos e publicados por descendentes. Do nosso ponto de vista esses descendentes se transformam em **agentes interétnicos** que passam a desempenhar um papel muito importante na produção, circulação, consumo e também na legitimação das narrativas. Entre estes agentes, citam-se religiosos e religiosas, intelectuais, empresários, membros de entidades italianas e pessoas que tomam para si a tarefa de preservar e tornar visível a história e cultura de seus antepassados (SANTOS e ZANINI, 2010,

p.32 apud CARNIERI, 2013, p.48)

A ligação com a Itália está conectada ao conceito de “italianidade”, que para Bao (2015) significa o imaginário identitário associado a um contingente populacional que se reconhece como italiano ou descendente. Já Zanini (1999) explica a italianidade, de forma parecida, como sendo o sentimento de pertencimento e auto-identificação, pois, para a autora, definir-se italiano vai além de nascer de pais italianos, ou de ter sangue italiano, mas também é preciso compartilhar de alguns símbolos, como a culinária, a língua (e os dialetos), a fé, a apologia ao trabalho e uma maneira peculiar de enfrentar a vida.

As primeiras manifestações de italianidade nasceram das diferenças encontradas entre os imigrantes e os brasileiros (BAO, 2014). Além disso, a italianidade ampara-se em certos mitos que, conforme Woodward (2014, p. 38 apud BAO, 2015), são históricos - vinculados às “origens comuns” - e biológicos - ligados à noção de “consanguinidade”, evidenciada no direito de cidadania italiana via jus sanguinis.

Nicoli, Santos e Siqueira (2021) apontam que a dupla cidadania, em muitos casos, é o fator impulsionador por trás da vontade de ir para a Itália, pois possibilita uma série de facilidades. No entanto, grande parte do desejo de conhecer a Itália advém das histórias ouvidas desde a infância. Muitos cresceram ouvindo que eram italianos nascidos no Brasil, portanto, “é a ideia de continuidade nacional, de manutenção da cultura da pátria-mãe, mesmo no caso de imigrantes de mais de um século, que permite pensar o projeto migratório como uma imigração de retorno” (2012, p. 06 apud NICOLI, SANTOS e SIQUEIRA, 2021, p.10) .

Na busca pelo passado está também a intenção de gravar as lembranças para o futuro para que essas resistam às mudanças e não se percam com o avanço impiedoso do tempo. Sendo, segundo Candau (2012), a memória familiar uma memória curta, a qual não dura mais que duas ou três gerações, os descendentes desses imigrantes acabam se tornando pessoas sem memórias, onde os ancestrais se confundem em uma massa anônima. Os indivíduos buscam conservar a sua própria memória para que também não seja esquecido pois, de acordo com Candau (2012, p.139), “salvaguardando a memória de seus ancestrais, ele protege também a sua”

Tendo em vista a explicação de Bosi (2003 apud CASTRO e COSTA, 2008, p.125) que defende que é “do vínculo com o passado que se extrai a força para a formação de identidade”, a importância de salvaguardar essas memórias para as gerações futuras reside no fato de que ao fazer isso, se está conservando também a identidade daquele grupo.

### **3.3 Algumas das memórias da família Pedrotti e Zanatto**

Não se sabe ao certo a data em que as famílias Pedrotti e Zanatto chegaram na Colônia Maciel. Os Pedrotti não eram colonos novos no local pois instalaram-se inicialmente no Cerrito. Assim, é impossível saber se este foi o primeiro lugar para o qual foram logo que chegaram no Brasil ou se já vinham de outras colônias. Já os Zanatto, acredita-se que foram direto para a Maciel, pois na lista dos colonos que chegaram a partir de 1887 - disponível no livro tomo (NEIS, 2014) -, ou seja, na segunda leva de imigrantes, consta o nome de Luiz Zanatto e Estevam Zanatto, ambos agricultores.

Para o resgate das memórias das famílias, foram usadas as lembranças comentadas por duas depoentes que são netas dos imigrantes. Esses relatos foram transmitidos através de conversas com as entrevistadas. Uma das depoentes comenta que os avós, José Pedrotti - nascido em 1896 - e Antonia Zanatto Pedrotti - nascida em 1893 - falavam apenas em dialeto italiano pois não sabiam o português. O idioma de origem foi ensinado aos filhos, que, mesmo tendo aprendido, não o repassaram às próximas gerações, provavelmente, pela proibição brasileira quanto à fala dos dialetos.

A mãe das depoentes, Maria Joaquina Zanatto Pedrotti, costumava contar uma das lembranças que mais ouvia dos seus pais, que versava sobre a viagem no navio, mas especificamente, sobre os corpos que eram jogados ao mar. As depoentes lembram que a avó preparava belas cucas quando iam visitá-la; costumava fazer também polenta e salada de radicci. Ademais, comentam que o avô tentava conversar com os netos, mas como não falava em português, acabavam não se entendendo.

Maria Joaquina Zanatto Pedrotti informou aos filhos que os Pedrotti não eram italianos, mas sim austríacos. O motivo de se considerarem austríacos ao invés de italianos tem relação ao fato de que, mesmo após a Itália ter sido unificada, algumas

regiões continuaram sob o domínio do império Austro Hungaro, como o caso do Trentino-Alto Ádige, região da qual provém os Pedrotti (CORRÊA, 2014). Essa região só foi anexada ao território da Itália após o final da primeira guerra mundial com a vitória desta sobre a Áustria-Húngria (CORRÊA, 2014). Segundo Corrêa (2014), na cidade de Porto Alegre, havia um número grande de imigrantes trentinos e, certamente, muitos desses chegaram até Pelotas e por fim na Maciel.

José Pedrotti e sua esposa, Antônia Zanatto Pedrotti nasceram já em terras brasileiras, pois quem fez a imigração foram seus pais. Eles se conheceram na Maciel quando José ajudava na construção da igreja de Sant'Anna. Ambos eram agricultores, profissão que repassaram aos filhos. Atualmente, ambos estão sepultados no cemitério da colônia Maciel e seu túmulo é um dos mais antigos do local, juntamente com as demais famílias tradicionais da região.

Uma das filhas deste casal, Maria Joaquina, casou-se com Theobaldo Hardtke, proveniente de uma família de imigrantes alemães que também moravam na Colônia Maciel. Juntos tiveram seis filhos, dentre os quais estão as duas depoentes. Desde pequenos os filhos eram levados para a lavoura para ajudar no trabalho no campo e, como a maioria dos descendentes de imigrantes, não tiveram a chance de estudar por muitos anos. Uma das depoentes conseguiu terminar o ensino fundamental, já a outra conta que gostaria de ter estudado por mais tempo, mas o pai considerava desnecessário e, por isso, ela não concluiu a escolarização.

As depoentes contam que a vida na Colônia era muito difícil. Moravam em um barracão de madeira e a comida era muito pouca. Na lavoura, plantavam milho, feijão, batata, fumo e mais tarde também o pêssego. Os irmãos dividiam-se entre o trabalho na lavoura e na indústria de compotas da região. O consumo de carne era escasso, apenas aos finais de semana quando o pai tinha dinheiro para ir no açougue comprar um pedaço. Como não possuíam geladeira, quando matavam um porco, a carne era salgada e armazenada na banha. Além disso, Maria Joaquina preparava geleias de frutas, costume que ensinou as filhas e que permanece até hoje na família.

### 3.4. A vida na Colônia Maciel através dos relatos orais dos seus descendentes

Antes de partir para a análise das entrevistas, é necessário destacar algumas informações indispensáveis para a compreensão destas. Os dados da tabela abaixo informam o nome do entrevistado, a idade que este possuía no dia em que cedeu seu depoimento e se ainda residia ou não na Colônia Maciel naquela época.

Nome	Idade	Data da entrevista	Ainda reside na colônia?
Ariano Rodeguiero	67	16/08/2004	não
Assis Pedro Potenza	70	24/09/2005	sim
Antônio Luiz Portantiolo	72	04/09/2005	X
Francisca Aurora Pegoraro Camelato	90	25/06/2005	sim
Irene Casarin Scaglione	X	20/05/2000	não
João Casarin	X	17/06/2000	sim
João Grupelli	79	04/09/2005	não
Jordão Camelato	64	26/06/2005	sim
José Luís Portantiolo	61	25/06/2005	sim
Julia Schiavon Machado	81	24/06/2005	sim
Luís Antônio Casarin	72	11/06/2005	sim
Maria Lorenzon	98	X	sim
Maria Zanetti Formentin	X	17/06/2000	não
Natal Rodeguiero	76	16/08/2004	não
Noêmia Casarin	X	04/12/2010	sim
Romeu Camelato	60	24/09/2005	sim

É importante frisar também que essas entrevistas não foram feitas por mim, mas sim pelos pesquisadores responsáveis pelo projeto “Recuperação e Preservação da memória histórica da comunidade Italiana Pelotense”. Desta forma, esses relatos fazem parte do acervo do Museu da Colônia Maciel (MECOM), atualmente disponível para pesquisas no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas<sup>8</sup>.

Para melhor organização e análise, as narrativas foram divididas em dez tópicos, que versam sobre os motivos da vinda para o Brasil, a viagem de travessia e os diversos aspectos referentes ao cotidiano da Colônia Maciel. Em síntese, cada testemunho foi averiguado separadamente, no entanto, devido ao grande número de material fornecido por cada entrevista - tendo em vista que tiveram duração de uma hora ou mais - tornou-se impossível utilizá-las por completo. Portanto, optou-se apenas pela escolha das partes que interessavam e respondiam às perguntas feitas neste trabalho, tratando sobre a vinda dos imigrantes e os primeiros anos de desenvolvimento da Colônia Maciel.

#### **3.4.1 A vida na Itália e os motivos da vinda para o Brasil:**

O relato de Irene Casarin Scaglione é mais um entre os tantos que elucidam a situação precária da Itália naquele período e, deste modo, ajuda a ilustrar com palavras as razões da partida de milhares de italianos para o Brasil. A família da depoente a repassou através da tradição oral muitas informações que ela descreve com muita clareza. Assim, Irene menciona que seus ascendentes - os avós e também seu pai, que chegou com 18 anos em terras brasileiras - vieram de Veneza, e, segundo ela acredita, foram direto para a Colônia. Além disso, especifica como era a divisão da Itália até então:

[...] O meu falecido avô veio para cá para não morrer de fome. Depois, aqui no Brasil, graças a Deus, temos o que comer. Lá na Itália, naquele tempo, não tinha. A mãe do falecido meu marido também veio da Itália. Ele dizia que a Itália era separada em quatro ou cinco reis e cada um tomava conta do seu reino. É como se Pelotas e Canguçu fossem cada um reino. A Itália era muito pequena naquele tempo, acho que é até agora. Os pobres trabalhavam para aqueles grandes. **Vieram de lá pra não morrer de fome. Os italianos passavam muita fome lá. Diziam que recebiam uma polenta para todo o dia.** (Irene Casarin Scaglione, 20/05/2000)

---

<sup>8</sup> Ressalto novamente meu agradecimento à Luciana da Silva Peixoto, pela ajuda imprescindível para a realização desse trabalho, ao conceder o acesso às entrevistas do MECOM.

Irene Casarin Scaglione também descreve algumas das famílias que vieram juntas ou no mesmo período para a Colônia Maciel: “Vieram todo mundo junto, Sanguinetti, Safaloni, Romano, tudo numa vez só. Depois botaram todo mundo junto num *barracón* na Maciel.” Sobre o *barracón*, ela fala que quando era criança ele já havia sido destruído, mas o pai a levava até o local para contar as histórias de quando haviam chegado, revelando, assim, um pouco de como era feita a transmissão das informações de pai para filha:

[...] Quando éramos pequenos, o falecido papai nos levava pra ver onde era o *barracón*, pois não existia mais. Onde era o *barracón*, ficou para os Aldrighi, e os outros se esparramaram. Todos compraram um pedacinho pra fazer a casinha, que o governo ajudou. (João Casarin, 17/06/2000).

João Casarin diz que a vinda da sua família aconteceu em duas partes. Na primeira, veio o seu bisavô; já os demais integrantes da linhagem Casarin vieram somente quase vinte e sete anos mais tarde, sendo que alguns familiares não dirigiram-se para a colônia, tendo permanecido em São Paulo. João Casarin conta, ademais, que os parentes que vieram para o Brasil costumavam enviar cartas para aqueles que permaneceram na Itália, sendo que ele inclusive guardava algumas dessas correspondências.

Apesar dos documentos escritos apontarem que os imigrantes da Colônia Maciel chegaram em duas levas, João Casarin explica que, na verdade, foram em três. Em relação a isso, exemplifica que os Gruppelli, muito conhecidos até hoje na Maciel, vieram na segunda leva, onde também migraram outras famílias, como os Morello, Portantiolo, e os Carniatto - sendo a última a linhagem de sua bisavó. Além do mais, João Casarin garante que somente os primeiros imigrantes ficaram no *barracón*, pois, aqueles que deslocaram-se mais tarde, foram alojados na casa dos que já estavam estabelecidos, até terem seu próprio lote.

Ao ser questionado sobre as regiões da Itália da qual vieram os imigrantes da Maciel, João Casarin pormenoriza o assunto com uma riqueza impressionante de detalhes: “[...] uma parte grande vinha de Veneza, os Potenza vieram de Nápoles, os Aldrighi vieram de Mantua, os Agenoni também eram mantuanos, era uma grande confusão de dialetos.” Ele continua sua comunicação esclarecendo que os Casarin

eram de Veneza, bem como os Bettin, os Pegoraro e os Schiavon. Por fim, elucida que a sua família foi trazida para povoar a região:

Pra vir povoar. Porque aqui era tudo mato. O meu avô tinha oito anos quando veio pra cá e ele conta que, olhava pro chão era terra, olhava se era mato, olhava o que era o céu. Não se via mais nada. Só isso. O barracão foi feito ali. Era o barracão que o prefeito mandava, (...) grande, tapado com lona. E ali eles ficaram três meses parados, só comendo e dormindo. (João Casarin, 17/06/2000)

Jordão Camelato aclara que o seu familiar que veio para Maciel foi seu avô, que conheceu a esposa antes de imigrar, entretanto, ela fez a travessia somente algum tempo depois que ele, e então, casaram-se já na colônia. Ao contar o motivo da imigração, Jordão evidencia um ponto discutido anteriormente: a Itália estava superpopulada e, conseqüentemente, faltava emprego, terrenos e comida para sustentar a todos. Diante disso, o Brasil se apresentava como uma saída para aquela situação, no entanto, encontraram aqui uma realidade semelhante ou ainda pior do que aquela que deixavam para trás:

Olha, assim, meu pai falava que tava muito cheio lá de gente... O espaço apertado... Não sei, na época falavam assim, né, e que aí, imigraram para cá porque prometeram boas terras e espaço né, tudo. Depois passaram muito trabalho, depois aqui, no mato... Tinham que derrubar o mato para fazer as lavouras. (Jordão Camelato, 26/06/2005)

Julia Schiavon detalha que seus pais, Cesário Schiavon e Luiza Balbinotti, chegaram casados, mas sem nenhum filho. Ela exprime que eles não ficaram no *barracón*, mas sim na casa de parentes até construírem a sua. Já Assis Pedro Potenza discorre que vieram seus avós, também em duas viagens. Primeiro chegou o avô Domingos Potenza, na primeira leva, e depois veio sua avó, Isabel Pascarelli. Domingos imigrou acompanhado dos dois filhos, sendo que a filha mais velha foi embora para a Argentina. Os Potenza são naturais de Nápoles.

Os avós de Maria Lorenzon trouxeram consigo seis filhos pequenos, incluindo o pai da entrevistada, e também foram alojados no *barracón*. José Portantiolo conta que os avós Luis Portantiolo e a avó Emília Arturo Portantiolo vieram juntos. Do mesmo modo, Ariano e Natal Rodeguiero comentam que quem imigrou foram os avós, tendo partido de Asiago, Veneza.

Francisca Aurora Pegoraro Camelato comunica que seus avós eram da primeira

leva e, junto deles estava seu pai, que tinha apenas um ano de idade. Todos foram “hospedados” no *barracón*, mas, ante ela, permaneceram lá por pouco tempo. Ao ser questionada se os avós falavam da situação da Itália ela afirma: “falavam sim. Que eles trabalhavam lá, mas lá era muito difícil [...] (Francisca Aurora Pegoraro Camelato, 25/06/2005)”

### **3.4.2 A travessia:**

Sobre a viagem de travessia, Irene Casarin Scaglione expõe uma daquelas lembranças mais difíceis de esquecer entre todos aqueles que cruzaram o oceano. O pavor e o sofrimento de assistir um parente ou um conhecido morrer e não ter, ao menos, o direito do enterro - pois era necessário que fosse jogado ao mar -, ficou muito marcado na memória de todos imigrantes, e é uma das coisas que mais aparece nos relatos destes e de seus descendentes. Ao morrer um imigrante, morria também o sonho de uma nova vida, e fazia muitos caírem na realidade de que aquela era uma empreitada mais arriscada do que haviam imaginado ao embarcar naquele vapor. “A falecida nona, vó do meu marido, morreu no vapor vindo pra cá. No parto, morreram ela e a criança. A mãe dele era pequena, mas se lembrava: enrolaram numa colcha encarnada e largaram no mar. (Irene Casarin Scaglione, 20/05/2000)”

Maria Lorenzon menciona que o avô costumava dizer que haviam passado quarenta dias e quarenta noites na água. Ela atesta que o trajeto demorava “porque aquele tempo o barco era tocado por vela, e conforme o vento ia pra diante, como ia pra trás, e aí custa muito [...] muito tempo pra vir (Maria Lorenzon, s.d)”

Francisca Aurora Pegoraro Camelato alega que era comum as crianças não resistirem à viagem, mas, conforme as palavras dela, seu pai, mesmo sendo apenas um garotinho, teve a sorte de sobreviver. Igualmente, os pais de João Gruppelli passaram ilesos pelo percurso. João Gruppelli relata que seu pai veio com seis anos, ao passo que sua mãe chegou com três anos.

### **3.4.3 Considerações sobre os diferentes tipos de Colonos**

Como apontado anteriormente, a Colônia Maciel recebeu muitos imigrantes que não eram considerados novos, pois vinham de outras colônias da região nas quais já

estavam estabelecidos anteriormente, bem como de outras províncias. Muitos não tinham o Brasil como primeiro destino, tendo ido para outros países antes de migrarem novamente. Esse é o caso da avó de José Portantiolo, que desembarcou na Argentina:

Acho que a minha avó, ela entrou pela Argentina, porque acho que Artuzzo é até espanhol. Meu pai tinha uns parentes na Argentina, Artuzzo, até uma vez eles vieram nos visitar, um tio do meu pai e uma prima passaram um mês visitando os parentes. José Artuzzo. Meu pai tinha um carro, levou ele nos parentes tudo. (José Portantiolo, 25/06/2005)

Outros, ainda, encontraram na Maciel uma oportunidade de viver em uma nova colônia ou de mudar o descontentamento que tinham em relação aos locais onde estavam até então. Ariano e Natal Rodeguiero narram que o pai nasceu em Minas Gerais, logo após a chegada da família no Brasil. Eles foram mandados para trabalhar nas fazendas de café, mas o serviço lá era pesado, o que fez com que eles tivessem de lutar por seus direitos:

[...] E aí passando um tempo eles eram o mesmo que escravos lá, então eles se revoltaram e pegaram as enxadas e foices e foram de qualquer jeito para São Paulo, para o Cônsul. Então o Cônsul Italiano lá em São Paulo conseguiu que eles fossem liberados daquela situação de escravos, e que cada um fosse procurar e trabalhar no que quisesse então, e aí serviço? Aí eles voltaram tinha nas Minas Gerais, tirar ouro debaixo do chão [...]. (Natal Rodeguiero, 16/08/2004)

Natal Rodeguiero confessa que o emprego nas minas não durou muito, pois, em seguida, os familiares moveram-se para Rio Grande e depois Viamão, onde arranjaram um trabalho nas pedreiras. Algum tempo depois, fixaram-se no Monte Bonito, no qual eram operários de uma Companhia Francesa que cortava as pedras para serem usadas na construção dos molhes do Cassino. Ele explica o contexto da ida para a Maciel:

Aí estourou acho que a I Guerra Mundial, não é? Aí a Companhia Francesa, que era a que cortava pedras aí cancelou, aí não sabiam o que fazer aí o pai disse: não mas tem tanta colônia, vamos experimentar na colônia, aí eles foram para a Maciel e já tinham muitos italianos lá, e conseguiram terra para trabalhar, assim em sociedade, parceiros, assim, e por aí foram criando raízes. (Natal Rodeguiero, 16/08/2004)

Assim como a discussão acerca dos colonos “não novos”, é imprescindível salientar que, ao contrário do que era exigido pela Sociedade Promotora de Imigração, muitos dos imigrantes não tinham a agricultura como ofício. Um número considerável mentia sua profissão para ter direito ao subsídio da imigração. É o exemplo do avô de

Jordão Camelato, que era militar na Itália e veio para o Brasil sob a promessa do governo brasileiro de que aqui as condições seriam melhores: “O meu pai falava que no tempo da imigração, que tava muito cheio na Itália, prometeram uma terra melhor aqui, tinha espaço (Jordão Camelato, 26/06/2005)”

É também o caso do avô de Pedro Potenza, o senhor Domingos Potenza, que, na verdade, era mascate: “Eu só sei que quando ele veio pra cá, no começo da vida dele aqui, ele era, ele era assim, mascate. Aqueles vendedor ambulante (Assis Pedro Potenza, 24/09/2005)”

De maneira idêntica, Natal e Ariano Rodeghiero contam que os avós foram enganados com as falsas promessas e ilusões: “É, nosso avô era pintor na Itália, e achavam que aqui no Brasil tinha serviço para eles, mas tocaram direto nas fazendas de café, arrancar toco lá e plantar café.”

#### **3.4.4 Os primeiros anos na Colônia**

Os primeiros anos na Colônia Maciel não foram fáceis tendo em vista que os colonos precisaram construir tudo do zero, já que o local possuía apenas o *barracón*, e era cercado pela mata fechada. Após a divisão dos lotes, passaram a abrir estradas e edificar suas moradias e lavouras, de onde tiravam seu sustento. Maria Lorenzon narra que o trabalho era intenso: “[...] cortando mato, eles vieram, no Brasil, era tudo mato, por tudo mato, e derrubaram assim os “enroleiros” para fazer as casas, e a parada deles era ali na Maciel, no *barracón* (Maria Lorenzon, s.d).”

Jordão Camelatto lembra que os avós enfrentaram várias dificuldades: “[...] depois passaram muito trabalho depois aqui, no mato, tinham que derrubar o mato, para fazer as lavouras (Jordão Camelatto, 26/06/2005)”. Jordão também diz que a avó, que veio da Itália, assegurava que a vida na localidade “[...] era muito difícil, que quando eles começaram a trabalhar aqui não tinha o que comer quase, tinham até que procurar fruto do mato...(Jordão Camelatto, 26/06/2005)” Sobre o lote de terra, ele comenta que: “foi comprado, o governo deu parece assim, mediu as terras, mas de certo pagaram...(Jordão Camelatto, 26/06/2005)”

João Casarin, similarmente, discorreu um pouco a respeito da situação inicial dos imigrantes: “eles chegaram aqui e ficaram todos no barracão, dormiam todos juntos,

depois foram ganhando terras e começaram a sair. Eles contavam ainda que só viam mato e serra quando chegaram aqui, tiveram que derrubar o mato para conseguirem começar a trabalhar (João Casarin, 17/06/2000)” Quando perguntado sobre o tempo em que permaneceram no *barracón*, ele responde:

[...] não sei, mas ficaram mais de um ano, a comida quem trazia era o pessoal da intendência, e eles iam derrubando o mato pra começar a localizar as terras, depois começaram a se alastrar pela região. Os Casarin foram para um lado, os Zóia foram para outro e assim por diante (João Casarin, 17/06/2000)

João Casarin afirma que a colônia era mantida pela intendência e “não era imperial, pois quando eles [os imigrantes] chegaram, fazia pouco tempo que o império tinha acabado. O meu avô contava que ainda existiam moedas do império, porque o seu término era recente (João Casarin, 17/06/2000).” Referente ao nome da Colônia, João certifica que não tem ligação com o intendente Eliseu Antunes Maciel, “porque o intendente trocava sempre, nunca era o mesmo, é como hoje tem o subprefeito. Eles diziam que qualquer assunto que eles tinham iam se entender na intendência (João Casarin, 17/06/2000)”

A senhora Irene Casarin Scaglione atesta que a ajuda oferecida pelo governo para os recém chegados era precária, e, como de conhecimento geral, a polenta era o alimento mais usado para a alimentação dos colonos e suas famílias : “O governo ajudava com a comida, eu acho. Bem, o falecido papai disse que passaram muita fome, pois vieram sem nada. Mas o governo dava farinha de milho e as coisas para comida (Irene Casarin Scaglione, 20/05/2000).”

Nesse sentido, Irene exterioriza algumas histórias que ouviu de seu pai com relação ao início da Colônia Maciel. Como os demais entrevistados, ela informa que todos eram colocados no *barracón*, então, as famílias faziam “montinhos” e ficavam juntos, sem separação de gêneros. Ademais, Irene revela que aqueles que tinham esposa e filhos permaneciam no local, enquanto os outros saiam para trabalhar em troca de um pagamento que recebiam do governo:

[...] o papai falava que o governo botou os italianos velhos a cortar dormente<sup>9</sup> para fazer a estrada de ferro, não lembro onde. Os pais de família que tinham crianças pequenas ficaram no *barracón*. O governo deu serviço pra eles [...]. O falecido papai ficou ali porque tinha criança. O governo pagava os que

<sup>9</sup> Dormentes são as peças transversais colocadas na via férrea onde os trilhos são fixados.

trabalhavam, pra terem o que comer. Depois o governo deu para cada família um pedaço de terra para eles comprarem [...] (Irene Casarin Scaglione, 20/05/2000).

Além disso, Irene discorre brevemente sobre a compra do lote de terra da família, que acabou não permanecendo ali por muito tempo, já que venderam o terreno e foram embora para a cidade de Canguçu, onde as condições de vida também não eram as melhores:

[...] quando o falecido papai viveu, o governo deu um lote pra cada um comprar e ali ele comprou. Depois, ele vendeu porque não se agradava dali. Vendeu para o Luís Schiavon, e comprou em Canguçu. Mas, chegando em Canguçu, viu que era tudo mato. Tudo o que eles roçavam e plantavam, as vacas dos estancieiros, que andavam soltas, vinham e comiam tudo. [...] (Irene Casarin Scaglione, 20/05/2000)

Na Colônia Maciel, a maioria das casas construídas pelos primeiros colonos eram feitas a partir de materiais simples e de fácil acesso, como pedras, “tabuinhas” ou pau-à-pique. O tijolo foi introduzido nas construções somente anos mais tarde, quando passou a ser feito nas próprias propriedades, usando o barro que era amassado com auxílio de cavalos.

Irene Casarin declara que na Maciel ainda existem algumas dessas moradias de pedra, sendo que uma delas pertenceu ao seu avô, Giusto Casarin, que a ergueu em 1888. Ela faz uma rápida descrição da casa, dizendo que:

[...] ela é tapada com tabuinhas, aquelas que os italianos faziam. Eles atoravam o pau: botavam a tora de pé e rachavam para fazer as tabuinhas para tapar as casas, porque não tinha com o que fazer, não tinham telhas, não tinha nada.. Eu lembro porque eu ajudei o pai, quando eu era pequena [...] (Irene Casarin Scaglione, 20/05/2000)

As “tabuinhas” de madeira as quais Irene faz referência, também eram muito usadas nas colônias italianas da Serra, onde, conforme apontamento de Neis (2014) chamavam-se “scandole”.

Assim como os Casarin, muitas outras famílias fizeram suas residências com o uso de pedras, que, consoante João Casarin, eram cavadas direto da lavoura. João relembra algumas das famílias que fizeram deste modo:

O Giusto Casarin fez, o Zóia fez, os filhos dele, Otílio e o José Zóia fizeram casa de pedra, a do Otílio ainda resta alguma coisa, o Bortollo fez e ainda tem uns pedaços dela por lá, os Francone eu não sei, Aldrighi não fizeram, os

Formentin fizeram no Rincão da Caneleira, os Cavallin fizeram [...] (João Casarin, 17/06/2000)

José Portantiolo divulga que chegou a morar na casa de pedra que pertenceu aos seus avós que vieram da Itália, mas que esse tipo de construção “[...] é muito difícil de se manter, porque a parede de pedra e barro é muito falsa, não tem amarração. A madeira começa a ficar velha, no momento que tem uma goteira em cima da parede amolece aquele barro e aquela armação e começa a cair (José Luis Portantiolo, 25/06/2005).”

Em contrapartida, o senhor Jordão Camelato expõe que a casa em que seu pai morava era um pouco diferente: “[...] era de pau à pique e com telha de tabuinha em cima, eles pegaram uns toquinhos de madeira, racharam com o machado no meio e pregaram assim, um em cima do outro, telha de tabuinha...(Jordão Camelato, 26/06/2005)”

### 3.4.5 Os dialetos italianos

Cada grupo de italianos que imigrou trouxe consigo características únicas e distintas das demais. Isso acontecia, pois, em concordância com Corrêa (2015), a Itália era um grande grupo heterogêneo e com muitos regionalismos devido só ter sido unificada em 1870. Sendo assim, uma das diferenças mais evidentes era o idioma. Libraga e Becker (2015) apontam que, entre os dialetos mais falados no Brasil, destacavam-se os vênets, lombardos e friulanos.

Ao se estabelecerem nas colônias e compartilharem o mesmo espaço, essas pessoas, vindas de diferentes regiões, criaram uma mescla entre os próprios dialetos. Outro fator que contribuiu para essa mistura foram os casamentos formados entre as diversas famílias italianas e de italianos com outras nacionalidades. Em virtude da convivência, os diferentes dialetos foram combinados entre si e, também, com o português, dando origem ao *talian* ou *vênets brasileiro* (PEIXOTO, 2003).

Miazzo (2011) informa que o *talian* formou-se da fusão dos dialetos provinciais vênets falados pelos primeiros imigrantes, pois quase todos eram iletrados, assim, o vênets era “a única gíria do próprio arquivo familiar”. Na colônia Maciel, os dialetos mais falados eram o *mantuan* (de Mântua) e o *vênets* (do Vênets) (PEIXOTO, 2003).

Como se sabe, durante o Estado Novo, no ano de 1938, o então presidente Getúlio Vargas proibiu o uso de línguas estrangeiras no país sob o pretexto de fortalecer a identidade nacional. Depois, ao longo da Segunda Guerra Mundial, por causa do alinhamento do Brasil aos países Aliados contra os países do Eixo - do qual a Itália era parte - as comunidades italianas brasileiras também foram proibidas de falar o *talian* (LIBRAGA e BECKER, 2015). Assim, esses dialetos foram sendo esquecidos em detrimento da adoção do português.

Luis Antonio Casarin lembra que em casa falava somente o dialeto italiano com seus pais, mas isso mudou com a chegada da guerra:

[...] nós tínhamos medo, depois eu acho que os pais assustavam mais. Não podia mais falar por isso e por aquilo, por aquilo outro e nós ouvíamos falar muito de guerra, que matavam gente e nós paramos, custamos a começar a se entrosar com o brasileiro (Luis Antônio Casarin, 11/06/2005).

Do mesmo jeito, João Gruppelli declara que seu pai parou de falar o dialeto por causa da guerra e, por esse motivo, ele acabou não aprendendo: “Ora...ele não podia falar naquela época, mas não ele não continuou mais, com os outros estranhos ele falava, mas com nós não, eu até me queixo, sou italiano e não sei falar (João Gruppelli, 04/09/2005).” Irene Casarin Scaglione, similarmente, menciona a censura:

[...] ocorreu a guerra da Itália e da Alemanha com o Brasil. Aí proibiram os italianos de falar italiano, porque eles estavam contra os brasileiros. A minha falecida sogra ensinava as minhas crianças a falar italiano: pegava as crianças, eram três naquele tempo, e conversava em italiano. Mas, com a guerra, ela foi proibida de falar em italiano (Irene Casarin Scaglione, 20/05/2000)

Noêmia Casarin, descendente de alemães e italianos, relata não lembrar o motivo da proibição dos idiomas, mas lembra que não podiam usá-los: “[...] Houve uma época que os alemães não podiam falar, por isso eu não aprendi, porque houve uma época que era proibido, não podiam falar em alemão que iam presos. Não sei o que é que tinha naquela época...(Noêmia Casarin, 24/09/2005)”

Noêmia assegura que, aqueles que insistiam em manter seus idiomas originais, sofriam punições: “Eles prendiam, os meus pais não ensinaram a falar em alemão por causa disso.” Ademais, Noêmia depõe sobre a dificuldade que os pais tinham de se comunicar em seus respectivos idiomas, sendo provenientes de nacionalidades diferentes: “[...] E depois ele casou com a mãe, a mãe era italiana, então eles não se

entendiam em alemão... Pra continuar tinha que casar alemão com alemão, e italiano com italiano, aí continuavam a língua né. Mas se não fosse assim, aí não dava certo...(Noêmia Casarin, 24/09/2005)”

Identicamente, Jordão Camelato expõe que os pais falavam pouco o italiano por causa da diferença dos dialetos: “Meu pai e minha mãe não falavam porque não combinava bem, sei lá, tu é de uma parte o outro é de outra parte, aí não se combinava”. Irene Casarin igualmente comenta a respeito das discrepâncias:

[...] mesmo os da minha linguagem, que falavam vêneto. Aqui tinha só uma casa em que falavam a minha linguagem, a do falecido Demétrio Schiavon. Os outros tinham um dialeto de falar. A família do meu marido, os Scaglione, não falavam o vêneto, falavam o *mantuan*, de Mântua. Eu não me entendia com o falecido meu marido, então falávamos em português. Mas a maioria nessa região falava o *mantuan*, porque pra nós cadeira era *cadiera* e pra eles *scrانيا*, e vassoura, para nós, *bascua*, e pra eles, *bassarina*. Era tudo trocado; então não o compreendia, porque fomos criados com o *vêneto* e eles com o *mantuan* (Irene Casarin Scaglione, 20/05/2000)

Julia Schiavon atesta que a família toda falava em dialeto italiano, mas ela lembra poucas coisas. Júlia diz: “É tinha o mântua, a gente era de lá mesmo.” Semelhantemente, Antônio Luiz Portantiolo confirma que em casa falavam apenas o dialeto italiano até a guerra:

A minha vida eu comecei só sabendo falar italiano. Depois que eu entrei na escola é que eu aprendi a falar em brasileiro. Mas até a guerra, minha mãe e meu pai deixavam nós falar italiano à vontade. Depois que deu aquela guerra, eu não sei o que que houve naquele tempo. Ela não queria que nós falasse mais italiano em casa. Nós brigava, mas não adiantava nada. Nós sempre falava, e eles não. O pai e a mãe, ele começou a falar em brasileiro. Se não era só italiano. Só italiano (Antônio Luiz Portantiolo, 04/09/2005)

Dando continuidade ao seu comentário, Antônio Portantiolo comunica que acabou esquecendo como falar em dialeto italiano e não lembra quase nada, nem mesmo músicas. “[...] Já perdemo tudo. [...] Depois entramo na escola e aí começou. O pai e a mãe começaram a dar duro, que não era pra falar italiano, isso que aquilo, aquele outro, aí parou tudo (Antônio Luiz Portantiolo, 04/09/2005)”. Em tom saudoso, ele observa que saber mais um de idioma poderia ter sido útil quando serviu o exército:

[...] É, depois quando eu servi, eles perguntaram pra mim se eu sabia falar italiano. Eu digo, olha, eu de primeiro eu sabia, agora, eu tô meio esquecido. Eles dizem, olha, a pessoa que sabe falar outra língua, vale por dois. Se sabe falar três línguas, tu valia por três. (...) Não me responderam ao telégrafo. Eles querem que a gente saiba as coisas (Antônio Luiz Portantiolo, 04/09/2005)

De modo igual, José Portantiolo lamenta não ter aprendido o italiano:

O meu pai podia ter nos ensinado. Eu podia saber três línguas, assim ao natural, a minha mãe era alemoa, eu podia falar em alemão. O meu pai sabia tudo em italiano, mas nunca puxou um assunto com nós em italiano, só conversava com o irmão dele quando chegava lá, e a gente ficava de fora só escutando. Podia ter aprendido. A minha mãe também nunca nos ensinou. Eu aprendi alguma coisa de alemão com as primas, que vinha trabalhar de vez em quando, não tinha muito trabalho, e o falecido do meu pai contratava elas para ir trabalhar, então elas sabiam tudo, puxava alguma coisa, mas podia saber três ao natural (José Portantiolo, 25/06/2005)

Luis Antonio Casarin expressa que passaram a ter vergonha de conversar em dialeto italiano e garante “hoje se eu tivesse que falar eu teria vergonha de falar italiano, se eu soubesse (Luís Antônio Casarin, 11/06/2005)”

Mesmo após o final da guerra, os dialetos continuaram sendo substituídos pelo português, fosse pelo constrangimento - como cita o senhor Luís Antônio Casarin - ou pelo fato de que os colonos passaram a ser considerados pessoas do campo que não possuíam educação. Serafim (2007) explica que a vergonha dos imigrantes e seus descendentes em relação ao seu idioma de origem está atrelada à repressão das manifestações da identidade italiana em público, o que gerou um vazio cultural entre eles:

Da distância para o descaso, não demorou e, em certa época, mostrar-se italiano ou descendente era ser, na visão de grande parte da população, grosseiro, fora de moda, sem instrução. Quem quisesse ser chique que não falasse palavras como “mandolin”, “laurar”, “bambina”, “ragazza” e tantas outras. Comer polenta com galinha, então, era algo que literalmente denotava mau gosto e caracterizava pobreza (PANORAMA, 1999, p.22 apud SERAFIM, 2007, p.18).

### **3.4.6 A divisão entre a infância e o trabalho**

Sobre a infância, a maioria dos filhos ou descendentes de imigrantes declarou que quase não possuíam tempo livre para brincar, pois precisavam ajudar a família no trabalho, fosse na lavoura ou em casa, em tarefas como cuidar dos irmãos mais novos, tal qual relatou a senhora Francisca Aurora Pegoraro Camelatto.

As brincadeiras eram poucas, ao passo que os brinquedos eram escassos e feitos pelos próprios colonos. João Gruppelli avalia que “[...] naquela época não tinha quase nada, então era assim, a gente juntava os vizinhos assim no domingo para brincar (João Gruppelli, 04/09/2005).” Sob o mesmo ponto, Antônio Portantiolo expressa

que: “Não tinha festa quase. Não tinha. A gente vivia caçando, essas coisas assim. Me lembro do *camatim*. Essas coisas. Se ajuntava sete ou oito gurizada e ia pegando *camatim* (Antônio Luiz Portantiolo, 04/09/2005).” Antônio Luiz Portantiolo continua sua fala fornecendo alguns detalhes sobre a brincadeira incomum: “[...] a gente via um *camatim* na capoeira, na beira dos corredores, atava uma corda no porrete e saía correndo. E quando os bichos saíam tudo, a gente comia o mel. Assim que nós fazia. Não tinha (...) de ter, assim, futebol, essas coisas assim. Não tinha (Antônio Luiz Portantiolo, 04/09/2005)”

Antônio Luiz Portantiolo assegura que o futebol demorou muito para ser introduzido na colônia. Por outro lado, ele discorre que outros jogos como a bocha, eram comuns. Antônio explana sobre as festas da escola, especialmente a comemoração do dia sete de setembro, quando faziam uma marcha ao redor da escola: “[...] a gurizada quando tinha 14 anos pra cima, jogava bocha. E o professor fazia festinha, dia sete de setembro. [...] (Antônio Luiz Portantiolo, 04/09/2005).”

Dando seguimento à sua exposição, Antônio Portantiolo faz uma comparação entre a sua infância e como as coisas são atualmente:

[...] A vida da infância era assim. E não é como agora que vão trabalhar com os pais já quando são, 15, 16, 17 anos. Naquela época eu *ajuntava* alfafa atrás do meu pai, fazendo, ciscando alfafa, eu *ajuntava* com oito anos. Sete ou oito anos eu tinha que trabalhar na roça.[...] (Antônio Portantiolo, 04/09/2005)

Assim como os meninos, as meninas também tinham trabalho para cumprir nas plantações. Antônio Portantiolo fala que a irmã acompanhava o serviço na lavoura, no entanto, segundo ele, ela ficava responsável por menos tarefas. Outrossim, Antônio Portantiolo esclarece que as mulheres da família, como sua mãe, exerciam todo tipo de atividade nas roças, pois, como não tinham arado, nem capinadeira ou cavalo, era tudo feito com uso da enxadinha e, para isso, precisavam de muitos braços.

Semelhantemente, Irene Casarin Scaglione diz que, quando era criança, ela e todos os nove irmãos trabalhavam nos cultivos, onde o pai adaptava uma enxada com um cabo menor e ensinava as crianças a capinar feijão e milho. Ela recorda que as brincadeiras costumavam ser feitas somente nos finais de semana, quando tiravam para descansar: “Nós brincávamos. Domingo, quando não tinha serviço, o falecido papai fazia uma roda de pedra e nós brincávamos. Passava o dia ali brincando, quando

não tinha serviço (Irene Casarin Scaglione, 20/05/2000).”

Jordão Camelato lembra que o tempo para diversão era “pouco, nos domingos”. De acordo com ele, reuniam-se “dois ou três guris” para melar camotim ou brincar com o carrinho de descida. Igualmente, Noêmia Casarin afirma que não tinham muitos locais para ir além das festinhas da escola, onde tinham a chance de se reunirem para fazer algumas brincadeiras.

### **3.4.7 A educação**

No que se refere à escolarização, Giron (1998) menciona que, no final do século XIX, a província do Rio Grande do Sul, bem como o resto do Brasil, não dispunha de verbas nem de professores com formação adequada para atender aos alunos. Em função disso, foram poucos os filhos de imigrantes que aprenderam a “ler e a contar” (GIRON, 1998, p.90).

Frequentemente, as aulas eram prestadas por um imigrante que tinha algum estudo - na maioria das vezes, apenas o básico - mesmo sem formação específica para isso. Um exemplo é o professor José Rodegueiro, que, de acordo com a entrevista cedida pelos seus filhos, Ariano e Natal Rodegueiro, não possuía estudos de qualificação, tendo estudado por conta própria. José Rodegueiro foi o professor fundador da Escola Garibaldi na Colônia Maciel.

Apesar de terem chegado ao Brasil italianos formados como professores, esses eram poucos e, se não bastasse, muitas das vezes, não falavam o mesmo dialeto dos alunos (LUCHESE, 2015). Sem outras opções, restou às próprias famílias construir escolas - geralmente uma pequena casa de madeira - ou de improvisar aulas ministradas na própria casa do professor ou na casa das crianças (LUCHESE, 2015, p.4).

Na descrição feita por Carl Ullrich, ele diz que a Colônia Maciel possuía duas escolas na última década do séc. XIX, uma delas italiana e a outra do governo (ULRICH apud PEIXOTO, 2003). Por outro lado, os depoentes afirmam que a primeira escola - a escola Garibaldi (1928) - municipal foi erguida somente no final da década de 1920 (PEIXOTO, 2003).

A falta de escolas na Colônia Maciel afetou a todos, que buscaram outras formas para os filhos aprenderem o básico, como o pagamento de professores particulares. No entanto, embora existissem escolas em outras colônias, e mesmo após a instalação da Escola Garibaldi, boa parte das crianças não as frequentavam, pois precisavam cumprir seu trabalho nas lavouras ao lado da família (PEIXOTO, 2003). Portanto, é notável que:

A instrução escolar dos filhos não era preocupação primeira dos colonos italianos. O planejamento familiar obedecia a necessidade da estrutura econômica de subsistência a qual utilizava o braço familiar como força de trabalho. A escola tornava-se preocupação secundária no sentido de que desviaria mão-de-obra de um elemento da família durante algum período do dia (COCCO, 2008, p.7).

Neis (2014) destaca que não era comum as mulheres frequentarem a escola devido a crença de que não precisavam ser alfabetizadas e, assim, geralmente, apenas os homens tinham acesso ao ensino - embora houvesse exceções de famílias que permitiam que as meninas estudassem. Maria Lorenzon comenta que gostaria de ter ido para a escola mas o pai não a autorizou:

[...] agora tem os estudos né... Naquele tempo não, e eu tinha uma vontade de ir pra escola, meu pai não quis, disse que eu não precisava, mas precisava eu era bem perto da escola, ia com minha prima ela era sozinha (Maria Lorenzon, sem data).

Identicamente, Noêmia Casarin pronuncia-se quanto a vontade de ter estudado, pois, diferente das irmãs, ela não pôde:

Estudar, pra nós estudar tinha que ir, estudava até a quinta série, depois nós tinha que ir pra Pelotas, pra estudar. Na época as minhas irmãs todas estudaram, mas **eu não estudei porque o meu pai não deixou**. Naquela época era muito assim, uma filha mulher não podia sair muito só, ela tinha que sair acompanhada, se não já ficava uma guria falada, era diferente, os pais não queriam, então eu fui criada muito presa... Já minhas irmãs já foi diferente, porque elas eram entre duas, então eles iam estudar, se formaram no Pelotense [...] (Noêmia Casarin, 04/12/2010)

Em seguida, Noêmia Casarin especifica que estudou um pouco por correspondência e explica como funcionava: “Ah vinha uns livrinhos, umas coisinhas, nem sei como chamam o nome daquilo. E a gente estudava, e depois vinha outros pra gente preencher... Ah nem sei mais como era aquilo, tão engraçado né...(Noêmia Casarin, 04/12/2010)”. Consoante Noêmia, esse tipo de estudo era feito sem o auxílio

de um professor: “É não tinha professor... A gente mandava, mandava e aí via se era aprovado ou não, mas eu não lembro, não estudei muito não (Noêmia Casarin, 04/12/2010).”

Do mesmo modo, Julia Schiavon também não estudou: “O meu pai não deixava filha mulher estudar... Só os homens... (Júlia Schiavon Machado, 24/06/2005)” Ela completa dizendo que nem mesmo sabe como é uma escola por dentro: “não fui... Nem sei como era um colégio, uma escola, por dentro não conheci...(Júlia Schiavon Machado, 24/06/2005)” Todavia, Júlia informa que aprendeu a ler e escrever com o irmão que a ensinava: “E aprendi assim, o meu irmão mais velho era que me ensinava um pouco, por isso eu aprendi a ler e escrever (Júlia Schiavon Machado, 24/06/2005).”

Por outro lado, Antonio Portantiolo comenta que a irmã, assim como ele, também frequentou a escola. Já Irene Casarin Scaglione expõe que, dos outros nove irmãos que possuía (eram cinco homens e cinco mulheres), nenhum foi alfabetizado devido à falta de uma escola na Colônia Maciel; no entanto, seu pai, vindo da Itália, havia aprendido no país de origem a ler, escrever e contar:

Não, não tinha, nenhum dos meus irmãos sabia ler e escrever, porque não tinha. Eu e um irmão sabemos assinar o nome, porque o falecido papai pagava uma professora por mês. E muitos italianinhos ali da Maciel, como esses Pegoraro, ficavam com os avós, para pagarem uma professora, porque não tinha escola. Mas o falecido papai veio da Itália e sabia ler, escrever e fazer conta, mas ele aprendeu na Itália: ele escrevia e lia italiano (Irene Casarin Scaglione, 20/05/2000)

Aqueles que nasceram após a fundação do colégio Garibaldi, chegaram a frequentá-lo, ainda que nem todos tenham completado a aprendizagem, como Jordão Camelato, que estudou apenas até a quinta série.

### **3.4.8 A Religiosidade**

Quanto à religiosidade, os italianos eram católicos fervorosos. A religiosidade e a devoção aos santos da Igreja Católica os acompanhou em todos os momentos, mas, ao chegarem nas novas colônias, tiveram dificuldades em continuar propagando sua fé devido à carência de padres e paróquias (LIBRAGA e BECKER, 2015). Em vista disso, a solução encontrada foi construir as próprias capelas.

Na Colônia Maciel, a primeira capela foi sediada no *barracón*, depois que esse foi desocupado pelas famílias, e permaneceu no local até a década de 1930, quando ocorreu a construção da nova Igreja (PEIXOTO, 2003). Ainda conforme Peixoto, essa nova capela funcionou até 1990. No começo, já que não possuíam um padre na comunidade para a realização das missas e cerimônias, traziam um do município de Canguçu.

A igreja também era um local onde se reunia a família e os amigos (PEIXOTO, 2003). Por causa da distância e da dificuldade de locomoção entre os colonos, os parentes encontravam-se apenas em ocasiões como casamentos e velórios. Em concordância com Possamai (2005), além da capela, a *copa*, também chamava atenção como um local de lazer, principalmente nas festas. Na Maciel, faziam procissões, comemoravam o dia do padroeiro, realizavam reuniões na casa paroquial, missas comemorativas e a festa em homenagem a São José (PEIXOTO, 2003).

Os imigrantes apoiavam-se na figura do padre e confiavam a esse, até mesmo, poderes divinos, portanto, os colonos viviam em constante tensão e com medo de serem punidos, pois acreditavam fervorosamente - e a igreja reforçava essa ideia - de que seriam condenados ao inferno caso cometessem um pecado. A moral puritana posta em prática nas colônias também foi estipulada pelo clero como forma de tentar “regrar o comportamento do colono italiano, assim como passar a imagem de um camponês católico ideal” (POSSAMAI, 2005, p.179-189 apud SCARPIM, 2014, p.272).

Gehrke (2013), ao analisar as fotografias disponíveis no Museu da Maciel, expõe que, de um total de 208, 127 estão relacionadas à religião, ou seja, representam 61% dos registros totais. Por fim, ele esclarece que esse fato pode ser resultado da forte religiosidade - mesmo que não absoluta - ou pela dificuldade de se trazer um fotógrafo de Pelotas ou de Canguçu para registrar os acontecimentos da comunidade. Sendo as fotografias itens caros, elas eram reservadas apenas para eventos especiais, como casamentos, crismas e batizados.

Apesar da proibição dos dialetos italianos, as rezas não foram esquecidas por aqueles que as aprenderam através de seus pais ou avós. Como demonstração disso, durante as entrevistas, as senhoras Irene Casarin Scaglione e Maria Lorenzon rezam em dialeto italiano. Ademais, Irene Casarin afirma que sua avó só os ensinava a rezar

em italiano. Ainda, Francisca Aurora Camelato canta uma música religiosa em Italiano e relata que, no começo, a missa na Colônia era realizada somente em Latim. João Casarin igualmente declara que a missa era em latim: “Era em latim, até o padre Reinaldo rezou algumas missas em latim, depois parou (João Casarin, 17/06/2000).”

Irene Casarin também explica que a família era toda de católicos e, quando chegaram na Maciel, não havia uma igreja:

[...] os italianos fizeram depois a igreja, ali por perto dos Casarin. Não sei se não caiu agora, porque faz anos que não vou na Maciel. A igreja velha eles fecharam e deixaram. O padre Jacob que fez essa outra, mas eu sei que os italianos passaram muito trabalho [...] (Irene Casarin Scaglione, 20/05/2000)

Romeu Camelato relembra que os pais recomendavam aos filhos que seguissem os passos que Deus deixou, pois a religião era importante. Ele alega que rezava o terço todas as noites juntamente com os pais, e, depois da introdução do rádio, passaram a ouvir as rezas:

[...] depois mais tarde entrou as rádios, aí então eles escutava através da rádio pelotense, um programa da fé, todos os dias às 7 horas, então de vez reza, ouvia pela rádio. Porque a rádio entrou bem, quando tava com 20 anos acho, se teve rádio em casa (Romeu Camelato, 24/09/2005).

Noêmia Casarin discorre que iam uma vez por mês à missa, por outro lado, Julia Schiavon diz que iam “todos os domingos, se nós não fosse o pai nos fazia ir” (Julia Schiavon Machado, 24/06/2005). Ariano Rodighiero menciona que a celebração: “[...] Era todos os domingos, de manhã a missa, mas missa daquelas, o padre fazia um sermão de duas hora...(Ariano Rodighiero, 16/08/2004)” E seu irmão, Natal Rodeghiero complementa: “E eu era coroinha e até hoje eu não consigo me ajoelhar mais, faz muitos anos, de tanto que eu me ajoelhava (Natal Rodighiero, 16/08/2004).”

Natal Rodeguiero acrescenta que às vezes aconteciam bailes na igreja: “Ali era missa na parte da manhã, e de tarde era dança, começava uma e meia, duas horas, mas não entrava noite adentro né, o sol desapareceu, encerrava, e era todos os domingos (Natal Rodeguiero, 16/08/2004).” E Ariano finaliza advertindo que: “só tinha dança ou baile, quando o padre autorizava.”

Romeu Camelato faz menção aos bailes que aconteciam na colônia, que, segundo ele, eram poucos e, para chegar até lá, tinham que caminhar cerca de dez a quinze quilômetros. Ele narra que a festa “iniciava quando escurecia, 7 horas, chegava

a meia-noite parava, da meia-noite as duas, tomava café (Romeu Camelato, 24/09/2005).” No café tinha “galinha, porco assado e [...] depois iniciava a música de novo e até o clarear do dia, o sol tava altinho às vezes e quase tava terminando (Romeu Camelato, 24/09/2005).” Romeu conta que o pai “tocou muitos fandangos” pois era músico, sendo assim, tocava bandolion e violino que havia aprendido “só de ouvido”, pois não havia tido contato com professores.

Pedro Potenza fala da tradicional festa da igreja de Sant’Anna, que geralmente era realizada em julho, mês da padroeira, mas teve de ser transferida para fevereiro por causa do tempo, que costuma ser melhor. No que concerne às demais festividades, Noêmia Casarin cita que na venda do seu avô havia roupas que as pessoas costumavam comprar para nessas ocasiões:

Olha a venda que ele tinha, vendia tudo que fosse pra cozinha né, e além disso ele vendia... até bicicleta ele vendia na venda dele, tinha bicicleta, tinha muda de roupa... que na época os homens iam numa festa botavam uma muda de roupa, hoje em dia vai calça de jeans, qualquer roupa, naquela época era diferente... Quando era uma festa era um terno que eles usavam, até pra enterro tinha que ir de terno, casamento... Festa de aniversário não costumavam fazer naquela época, só de casamento. Faziam em casa, os casamentos eram tudo feito em casa, não é como hoje que vão pra um clube, era tudo feito em casa...(Noêmia Casarin, 24/09/2005)

Para mais, a senhora Noêmia Casarin comenta a respeito dos salões de baile que a família tinha, dizendo que as festas começavam às nove horas da noite e duravam até sair o sol. Também faz observações sobre as diferenças entre as religiões, o que impedia muitos casamentos, e menciona o caso da irmã, que casou com um alemão mas teve que trocar de religião:

Pois é, os casamentos teve uma época, que eram alemães com italianos, se casavam bem. Mas teve uma época assim, que eles... ah sobre religião... Até se casava e tudo, mas aí tinha que ser da mesma religião. E o alemão tinha muito outra religião, protestante né. E o italiano era católico. O noivo ou a noiva aí tinha que virar pra religião daquele. Eu era católica, meu marido também, não teve problema. Mas já a minha irmã, uma casou com um que tinha problema de religião, aí já teve que virar pra um deles (Noêmia Casarin, 24/09/2005)

Noêmia Casarin relembra que chegou namorar um alemão, mas teve que terminar o relacionamento com ele pois os pais não permitiam o casamento: “Eu mesma namorei muito tempo um da outra religião, e aí meu pai e minha mãe não deixaram...[...] tive que deixar o namoro por causa que eles não aceitavam (Noêmia

Casarin, 24/09/2005)”.

Francisca Aurora Camelato, da mesma forma, indica as restrições, expondo que alemães e italianos faziam festas juntos, todavia, “os italianos nunca queriam deixar os filhos casar com alemão (Francisca Aurora Camelato, 25/06/2005)”. Tal como Noêmia, Francisca Aurora Camelato também foi impedida de seguir seu relacionamento: “Eu [...] namorei um alemão, mas eu, Deus que me perdoe, depois tinha que virar de *religion*. Os italianos eram só de católicos e os alemão é de outra religião. Mas que meu pai ia deixar, não mesmo! (Francisca Aurora Camelato, 25/06/2005)” Por fim, Francisca Aurora atesta que: “os italianos eram contra as outras *religion*, não é. Burros porque eles achavam que não era gente como eles né, que ele era (Francisca Aurora Camelato, 25/06/2005).”

Natal Rodeghiero igualmente fala dos casamentos: “É, e casar religião católica, tinha que ser né, a evangélica não. Mas depois com o tempo foi melhorando, até se a noiva quisesse casar, então tinha que se batizar de novo, o padre não tolerava (Natal Rodeghiero, 16/08/2004) ”. No tocante à celebração, José Portantiolo explica um pouco de como aconteciam:

[...] Era o dia inteiro, às vezes entrava noite adentro, música ao vivo. Nos casamentos eles começavam fazer doces muito tempo antes, bolachinhas, e doce de caldas e armazenar. Cada qual queria fazer mais tipos de doces diferentes, então na hora de sentar na mesa, provando um pouquinho de cada um ficava cheio (José Portantiolo, 25/06/2005)

Francisca Aurora Camelato comenta que nos matrimônios “era só fartura, criavam animal, galinha, porco, talvez dois ou três dias de festa (Francisca Aurora Camelato, 25/06/2005) ” Além disso, produziam muito vinho para ser servido diretamente dos barris.

Maria Lorenzon repara que o namoro era muito diferente de hoje em dia, pois eram sempre vigiados por alguém e o relacionamento era baseado nas visitas feitas pelo pretendente na casa da amada: “[...] agora é muito diferente, muito, muito, naquele tempo namoro era, o rapaz ia ver nós assim na casa da guria, agora se encontram aqui, quando é amanhã já tem outro (Maria Lorenzon, s.d) ”. As comemorações, conforme Maria, eram regadas de fartura: “Ah, faziam festa, matavam porco, leitão, galinha, ah é... Faziam uma festança...(Maria Lorenzon, s.d)” Sobre a duração das comemorações

ela diz que: “começava na quinta e terminava domingo de manhã... (Maria Lorenzon, s.d)”

### **3.4.9 O acesso à cidade, a venda de mercadorias e o atendimento médico:**

O trajeto para chegar na zona urbana de Pelotas era longo, demorado e reservava diversas surpresas. Deste modo, acabavam indo pouco, somente quando extremamente necessário e, sendo assim, muitos foram visitar a cidade somente depois de adultos. Luis Antonio Casarin é um exemplo: “Na cidade [íamos] muito pouco. Fui conhecer a cidade quando me alistei pro quartel, [...] foi um tio meu quem levou (Luis Antonio Casarin, 11/06/2005) .” Bem como Jordão Camelato, que passou pela mesma situação do depoente anterior, tendo sido acompanhado do pai até o quartel, pois não frequentava outros locais além da Colônia.

João Gruppelli diz que iam “muito pouco, tinha de ir de carroça a cavalo, não tinha outra condução (João Gruppelli, 04/09/2005)”. Ele assegura que o deslocamento era feito somente quando necessitavam “comprar alguma coisa que se precisava, mas isso era uma vez por ano, acho...(João Gruppelli, 04/09/2005)”. Maria Lorenzon fala que o acesso era difícil pois “não tinha um carro, não tinha um auto, não tinha nada era só de carroça de carreta de boi (Maria Lorenzon, s.d)”. Jordão Camelato explica que o transporte de carroça demorava “um dia, tinha que se sair cedo, de madrugada (Jordão Camelato, 26/06/2005)”.

Assis Pedro Potenza descreve que a locomoção “[...] no começo era de carro de boi, carreta aquela, carroça... Depois mais tarde, ia de caminhão, lá pelas 1940 por aí...(Assis Pedro Potenza, 24/09/2005)” Francisca Aurora Camelato rememora as viagens de carroça: “Nós ia de carroça, carroça a cavalo, passava um dia. (risos) Nós ia de manhã cedo, cedo e chegava lá de noite (Francisca Aurora Pegoraro Camelato, 25/06/2005).”

Apesar das estradas ruins e das longas horas de viagem, muitos colonos eram obrigados a enfrentá-las para poder negociar seus produtos na cidade. Antônio Portantiolo lembra que o pai vendia suas mercadorias para o comércio: “[...] Aí o pai entregava a safra e trocava por açúcar, por sabão, por sal, essas coisas assim [...]

(Antônio Luiz Portantiolo, 04/09/2005).” O senhor José Portantiolo narra as coisas que ouvia do pai acerca do percurso:

Ele contava porque tinham que transportar a mercadoria para Pelotas de carreta. Na época era carreta e carroça então as colheitas eram levadas para Pelotas, ele falava até as estradas muito ruins, um atoleiro, no inverno chovia não dava para andar porque molhava a mercadoria, era uma luta. De carreta e carroça, aquele atoleiro na estrada (José Portantiolo, 25/06/2005)

Outra questão muito complicada era o atendimento médico, pois a Colônia não tinha assistência. A solução era o deslocamento dos doentes para Pelotas, Morro Redondo ou Canguçu. João Gruppelli relata que, quando era criança, não tinham doutores na localidade: “ah, quando eu me criei nem isso vinha para a colônia, não vinha isso (João Gruppelli, 04/09/2005).” Para tratar as doenças, ele comunica que “iam pra cidade, não sei, naquela época, médico aqui não tinha (João Gruppelli, 04/09/2005).” José Portantiolo exemplifica o procedimento:

[...] Se adoecia uma pessoa tinha que levar de carroça para Pelotas, e era particular os hospitais. Geralmente, levavam para o Sanatório Veloso, tinha que ser pago, não tinha benefícios, se não tinha dinheiro tinha que se vender os pertences para poder se pagar o hospital. Aconteceu de eles terem de levar três pessoas da família numa mesma semana, três com apendicite, chegavam de volta de Pelotas, já tinham que levar outro. Três numa semana. Não era fácil o pelas estradinhas que tinham, imagina! Tinha que ter pessoas solidárias (José Portantiolo, 25/06/2005)

Jordão Camelato conta que, quando adoeceu na infância, foi levado para Morro Redondo e também para Pelotas. Já Noêmia Casarin faz um relato de que não precisou de médicos pois tinha uma alimentação saudável, diferente dos produtos atuais, que, segundo ela, possuem muitos venenos:

[...] A vida na época era assim, sobre saúde, a gente não adoecia, a alimentação era muito correta assim, muito dura né. Não tinha essas frescura que tem hoje, esses veneno né, então a gente não adoecia. Eu me criei sem conhecer médico, bom até os dias de hoje... Eu só fui agora, que tô velha é claro, que tem aquele colesterol, aquele coisa, o açúcar, essas coisas assim. Mas baixar um hospital por causa de uma doença, não tinha... Então o que tinha de vantajoso era médico, não se usava médico [...] (Noêmia Casarin, 24/09/2005)

### 3.4.10 A alimentação, as plantações e as fábricas de conserva

A escassez de alimentos era recorrente no cotidiano dos imigrantes e seus descendentes. Fosse devido à falta de dinheiro ou à impossibilidade de se ter acesso a outros tipos de mantimentos, ficavam limitados a comer apenas o que produziam em suas lavouras. Francisca Aurora Camelato aponta que os primeiros colonos passaram fome na Maciel:

[...] É assim, eles repartiam a comida, fazia comida, a carne, coisa assim, repartiam um pedacinho pra cada um, não é. Ainda mais se tinha três, quatro filhos. Aquela merenda que dera tinha que repartir com todos os filhos. Tinha que passar fome, né, porque de que jeito. Por isso que polenta nunca faltava. Comia, comia bastante (Francisca Aurora Camelato, 25/06/2005)

Em sua infância, Irene Casarin explana que não costumavam comer carne: “nós não sabíamos o que era um pedaço de carne, nem no Natal nem no Ano Novo (Irene Casarin Scaglione, 20/05/2000).” Já Noêmia Casarin defende que consumiam carne de rês: “Carne a gente comia, mas era carne... era carne de rês mesmo, a carne de rês também era mais sadia naquela época, os animais não comiam essas coisas que comem agora, eram mais sadios...(Noêmia Casarin, 24/09/2005)”

Julia Schiavon rememora que, na casa em que morava, não tinha fogão, era “[...] uma coisa de tijolo com um pedaço de lata e um ganchinho assim com a panela pendurada pra fazer polenta [...] (Júlia Schiavon, 24/06/2005)”. Francisca Aurora Camelatto diz que para cozinhar faziam um fogo no chão, dentro de casa, e penduravam a panela em um gancho. Ela elucida que mexer a polenta na panela era demorado. Noêmia Casarin nomeia alguns alimentos preparados pela mãe:

Fazia muita polenta, polenta com ovo, essa coisa, não podia faltar, de noite tinha que ter a... tu não conheceu, que existe muito pouco, o tal de radicci, que é uma salada verde, e aquilo ali é muito bom pro sangue. Então nós comia todas as noites, aquilo ali era um tratamento né. Ai não tinha certas coisas na pele, é porque o sangue era bom, era por causa de radicci... Radicci, polenta, batata se comia bastante... Arroz muito pouco, batata e massa feita em casa...(Noêmia Casarin, 24/09/2005)

João Gruppelli menciona que, como não havia geladeira, precisavam consumir tudo rapidamente: “matava uma galinha ou duas e já ia no mesmo dia (João Gruppelli, 04/09/2005) .” Quando matavam um animal maior, como vaca ou porco, guardavam no meio da banha “A mãe tapava com banha, numa lata, ficava toda tapadinha (João Gruppelli, 04/09/2005)”

Antônio Portantiolo depõe que sua família não comprava arroz pois o pai plantava nos banhados da região. Em seguida, afirma que a alimentação era constituída, basicamente, de carne, leite, feijão, arroz e polenta - sendo que a polenta não faltava nunca e era feita em casa, pois o pai plantava milho e mandava moer. Por fim, discursa a respeito da produção de vinho, que era realizada pela maioria dos colonos: “Vinho, meu pai sempre fez, toda a vida dele. Desde quando o pai dele era vivo. Sempre, sempre, sempre. Meu pai tinha mais de 2000 pés de parreira. Agora, agora nós tem só uns 400 pés (Antônio Luiz Portantiolo, 04/09/2005)”

Romeu Camelato igualmente lembra das plantações de parreira do pai, que também trabalhava como carpinteiro:

Além da carpintaria, ele se dedicava muito ao vinho. Ah, aquilo era assim sagrado pra ele. Todos os dias o seu vinhozinho pra toma e cuida da parreirinha e muito ajudei a cuida né. De noite porque as formigas, no verão, atacam muito né. De noite pegava o lampiãozinho fazia uma caixinha assim, colocava lá dentro, pro vento não apaga, e a gente ia de noite procura o carreiro dela (Romeu Camelato, 24/09/2005)

Para além, Romeu Camelato expõe que, além de vender o vinho, ele e o pai produziam pipas de madeira:

Não, ele vendia também e além disso a gente fazia aquelas pipas. Sabe o que é pipa de madeira, né? Eu muito ajudei a faze. Ia pro matão cortava, derrubava as capoeiras, carregava, levava pra serraria e a gente fazia. Eu e ele construímos muitas pipas. Ali no Jordão ainda tem um tonel feito por mim e por ele. 2, acho que são, é (Romeu Camelato, 24/09/2005)

Sobre as plantações, Romeu Camelato divulga que a família plantava alfafa e muito “milho, feijão, batata, trigo na época, muito trigo (Romeu Camelato, 24/09/2005).”

O senhor José Portantiolo garante que a produção de alfafa era grande:

Olha na época, uma das coisas que se destacava era a alfafa, porque o transporte na cidade era também através de cavalo e burro, então levava muita alfafa para alimentar a força de trabalho da cidade. Carvão, lenha, batata, feijão, enfim, tudo o que se produzia era levado para comercializar na cidade.

Outrossim, José Portantiolo discorre que a mãe (de origem alemã) dedicava-se às lavouras de alfafa: [...] Ela foi trabalhar na casa de uma italiana, ela trabalhava parelho junto com os homens no serviço da alfafa, qualquer trabalho da alfafa, era cortar, juntar e enfardar (José Luís Portantiolo, 25/06/2005). Hoje em dia, José Portantiolo diz que,

em muitas propriedades, inclusive na dele, a forma de plantar ainda é muito parecida com a que os imigrantes usavam antigamente:

Olha é quase a mesma coisa, no que se refere à tração animal é tudo a mesma coisa. Meu pai já usava, plantava batata, plantava batata, pêssego, cebola, feijão, milho, trigo também na época eu lembro das lavouras de trigo. O sistema é praticamente o mesmo, é manual, socador de batata e a tração animal já tinha, eu tenho ainda hoje também o aradinho com tração animal tanto para plantar como arrancar (José Portantiolo, 25/06/2005)

Uma produção comum na região era a doceira, mas, Jordão Camelato fala que as plantações de pessegueiro chegaram muitos anos após o estabelecimento dos primeiros colonos. Romeu Camelato explica que as pequenas fábricas de compota eram muitas, entretanto, duraram poucos anos e foram fechando por causa da burocracia do Estado: “[...] a higiene entrou, começou a entra, e tinha que coloca aqueles pisos mais melhores já. Porque primeiro era chão assim com cimento e a calçada e exigiram, e viram que não dava assim e por aí foi terminando (Romeu Camelato, 24/09/2005).”

Luis Antonio Casarin, do mesmo modo, fala a respeito das fábricas artesanais, dizendo que terminaram pela pressão das grandes indústrias da cidade, que não desejavam concorrência:

Todo mundo enlatava ali, os colonos levavam pêssego pra eles enlatarem. Depois, veio a Cica como uma das grandes e engoliu tudo, aí aconteceu o que aconteceu com a Cica, queria tomar conta de tudo, tá atirada lá, veio só pra estragar tudo, se não fosse a Cica as fabriquetas estavam todas funcionando aí cada vez melhor, mas veio a Cica e estragou tudo, quebrou queriam tomar... abraçar as frutas todas, depois deu o que deu lá começou os roubos lá dentro (Luis Antônio Casarin, 11/06/2005)

Atualmente, os descendentes da Colônia Maciel ainda dedicam-se à produção de frutas para as grandes fábricas de compota - em menor número -, mas não enlatam mais na região. Por outro lado, ainda são muito ligados à terra e a produção agrícola, pecuária, leiteira e vinícola.

Todos os anos a Colônia Maciel recebe muitos turistas. Esses, em sua maioria, são atraídos pelas rotas rurais, onde podem visitar os casarões, cachoeiras, paisagens e ainda provar muitas das comidas típicas da região, como os tradicionais cafés coloniais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os italianos introduziram no cotidiano brasileiro uma série de novos costumes e tradições, ergueram muitos dos lugares que conhecemos e fizeram parte da construção de Pelotas e de todo o Rio Grande do Sul. A Herança Cultural deixada por eles permanece viva até hoje, sendo cultuada pelas famílias e comunidades por meio das festividades, reuniões, culinária, músicas e principalmente com as histórias contadas ao decorrer dos anos. Portanto, esse trabalho configura-se como uma extensão de todos aqueles que dedicam-se a manter vivas as memórias das pessoas que já partiram, mas deixaram marcadas sua existência por todos os lugares em que passaram nessa perigosa peripécia em busca da tão sonhada terra prometida.

Buscou-se, sobretudo, ressaltar as adversidades e mudanças enfrentadas pelos imigrantes, pois mudar exige coragem, coisa que eles possuíam de sobra quando decidiram recomeçar suas vidas do zero. Sem sombra de dúvidas, estavam amedrontados pelo desconhecido que os esperava tão distante de tudo que conheciam. Mas, talvez, para a maioria, o medo da partida foi o menor que sentiram, pois antes disso já haviam confrontado o temor da fome, da insegurança e da morte. Imigraram na expectativa de que, no novo horizonte, teriam mais oportunidades, porém, como vimos, as coisas foram longe de serem fáceis.

Ao mesmo tempo em que criaram diferentes tramas em suas vivências, formaram milhares de memórias que transmitiram para seus filhos e netos pela tradição oral. Assim, como uma colcha de retalhos, essa monografia é a costura de pequenos pedaços dessas recordações, que ultrapassaram os mais diversos contratempos, percorreram milhares de quilômetros e sobreviveram à maior de todas as provações: o tempo.

A junção dos episódios vividos no cotidiano, que transformaram-se em lembranças agridoces foram retratados pelos descendentes que, juntamente com esses imigrantes, experimentaram uma série de obstáculos na Colônia Maciel. Tendo em vista a extensão dos relatos e a quantidade de informações de cada um, não se teve a pretensão - e nem havia possibilidade - de abarcar todos os assuntos referentes a Colonização Italiana na Colônia Maciel. Os depoimentos usados não foram totalmente

esgotados neste e nos demais trabalhos que fazem uso dos mesmos. Portanto, existem ainda inúmeras possibilidades a serem exploradas sobre essa temática.

O próximo passo desta investigação será cumprir a ideia inicial, que, devido ao prazo de entrega e outras intempéries não foi possível de ser realizada, ou seja, abordar as trajetórias dos descendentes nos anos mais recentes. Todavia, no que concerne à questão principal desta pesquisa - isto é, como foi o estabelecimento e os primeiros anos na Colônia Maciel -, pode-se afirmar que foi totalmente respondida graças às entrevistas cedidas pelo acervo do MECOM.

Com o uso dos apontamentos dos demais autores utilizados como base e dos depoimentos, conclui-se, por fim, que a cadeia imigratória não foi apenas um deslocamento populacional, mas foi também um fenômeno complexo que envolveu aspectos econômicos, sociais e políticos (HUTTER, 1987). Assim, a importância dessa monografia reside no fato de que continuará a salvar uma pequena, mas importante, parte das lembranças desse processo.

Neves (2000, p.109) diz que “a memória constitui-se como forma de preservação e retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda”. Portanto, procurou-se expandir o conhecimento dessas memórias e as manter vivas de forma que alcancem ainda mais gerações. Afinal de contas, sem o testemunho daqueles que guardaram essas narrativas e, carinhosamente, as passaram adiante, não seria possível escrever essas linhas. Por isso, dedico esse trabalho a todos italianos que, corajosamente, deixaram tudo para trás em busca de um novo amanhã - especialmente aos Pedrotti e Zanatto -, e também aos seus descendentes - em particular a todos da Colônia Maciel -, que não permitiram que essas trajetórias fossem esquecidas.

## Referências Bibliográficas:

ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. **A Importância da História Oral como metodologia de pesquisa**. Anais Eletrônicos da IV Semana de História do Pontal/III Encontro de Ensino de História. ISSN: 2179-5665. Universidade Federal de Uberlândia - Campus Pontal. Ituiutaba-MG. 29 dez 2016. Disponível em: <https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mariacristinasantosdeoliveiraalves.pdf>

BAO, C. E. **Italianidade como diferença: identidade étnica, colonialidade e imaginário eurocêntrico**. Temáticas, Campinas, v. 23, n. 45, p. 209-230, dez. 2015. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11107>

BENEDUZI, L. F. **Por um branqueamento mais rápido: identidade e racismo nas narrativas do álbum do cinquentenário da imigração italiana no sul do Brasil**. Antítese, v.4 n.7, 2011. p.13-30. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1933/193318022002.pdf>

BONTEMPO, Carla Gabriela Cavini. **Preferem-se os estrangeiros: os trabalhadores imigrantes em Pelotas**. História em Revista, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/viewFile/11448/7235>

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Ed. Contexto, 2011.

CASTRO, R. B. de; WEIDUSCHADT, P. **A nacionalização do ensino em áreas de colonização italiana: o caso da Escola Garibaldi e da Colônia Maciel (1937-1945)**. Horizontes, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 19–35, 2018. DOI: 10.24933/horizontes.v36i2.501. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/501> Acesso em: 17 jun. 2022.

CARNIERI, Christopher. **A italianidade em movimento: travessias e olhares**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, dissertação de mestrado, 2013. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/32138>

CERQUEIRA, F.V.; PEIXOTO, L.S.; GEHRKE, C. **Museu Etnográfico da Colônia Maciel: a trajetória de um equipamento cultural dedicado à memória da comunidade ítalo-descendente de Pelotas**. Memória em Rede, Pelotas, v.1, n.1, p. 70-85, dez. 2009/mar. 2010. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/123456789/957>

CERQUEIRA, F. V. (2010). **Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais** (p. 872-962). In *Anais do 4º Seminário Internacional em Memória e Patrimônio*, Pelotas, RS. Disponível em: <https://simpufpel.files.wordpress.com/2010/09/mesa-serra-dos-tapes.pdf>

COCCO, R. **A Questão da Religião e a Imigração Italiana no Rio Grande do Sul.** Revista de Ciências Humanas (Frederico Westphalen), v. 9, p. 9-29, 2008. Disponível em: <http://ocs.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/381/0>

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Estudos de imigração italiana: tendências historiográficas no Brasil meridional.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548858767\\_eefc8093764235d184d325b3c0fa6f2a.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548858767_eefc8093764235d184d325b3c0fa6f2a.pdf)

CONSTANTINO, Núncia Santoro de; POMATTI, Angela Beatriz. **Breves aspectos sobre a imigração italiana na cidade de Pelotas.** V Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação – PUCRS, 2010. Disponível em: [https://editora.pucrs.br/anais/Vmostra/V\\_MOSTRA\\_PDF/Historia/84394-ANGELA\\_BEATRIZ\\_POMATTI.pdf](https://editora.pucrs.br/anais/Vmostra/V_MOSTRA_PDF/Historia/84394-ANGELA_BEATRIZ_POMATTI.pdf)

COSTA, Marli Lopes da; CASTRO, Ricardo Vieiralves de. **Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias?.** Estud. psicol. (Natal) [online]. 2008, vol.13, n.2, pp. 125-131. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T7jwRjYsTwBvyCZjGFcpgWB/?format=html&lang=pt>

DELGADO, L.A.N. **História oral e narrativa: tempo, memória e identidades.** Revista da Associação Brasileira de História Oral. n.6, p.9-25, 2003. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/62>

GEHRKE, Cristiano. **Imigrantes italianos e seus descendentes na zona rural de Pelotas/RS: representações do cotidiano nas fotografias e depoimentos orais do Museu Etnográfico da Colônia Maciel.** 2013. 405f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufpel.edu.br/handle/prefix/5370>

GEHRKE, Cristiano. **Valorização da memória étnica italiana: o caso Colônia Maciel/Pelotas-RS.** Anais do XI Encontro Nacional de História Oral. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: [http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340366145\\_ARQUIVO\\_TextocompletoCristianoGehrke.pdf](http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340366145_ARQUIVO_TextocompletoCristianoGehrke.pdf)

GIRON, Loraine Slomp. **Colônia italiana e educação.** Hist. Educ. (Online), Porto Alegre, n. 4, v. 2, 1998, p. 87-106. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4891772>

GOMES, S. DE C. **No rastro do café chegaram nossos avós: uma revisão dos estudos sobre a imigração na República.** Boletim de Geografia, v. 30, n. 3, p. 141-153, 22 ago. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v30i3.15429>

GONÇALVES, Paulo. **A cidade de São Paulo: um entreposto de braços para a lavoura cafeeira**. Revista Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade, v. 2, p. 01-20, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/cordis/article/view/9521>

HALBWACHS, M. (1990). A memória coletiva. São Paulo: Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais Ltda.

HERÉDIA, Vania B.M. "**A colonização italiana no Sul do Brasil no século XIX**" in: "Visioni LatinoAmericane 24 (2021). Supplemento. Paisagem cultural no Rio Grande do Sul: um tema em debate", EUT Edizioni Università di Trieste, Trieste, 2021, pp. 107-118. Disponível em: <https://www.openstarts.units.it/handle/10077/31964>

HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração italiana: aspectos gerais do processo migratório**. Revista Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, 1987, nº 29, p. 59-73, p. 61. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69906/72560>. Acesso em: 20 mar 2022.

IOTTI, Luiza Horn. Os estados brasileiro e italiano e a imigração italiana no RS. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011. Disponível em: [https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299600613\\_ARQUIVO\\_textoanpuh\\_saopaulo](https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299600613_ARQUIVO_textoanpuh_saopaulo.pdf) .pdf> Acesso em: 9 fev.2022

LIBRAGA, S.V; BECKER, E.L.S. A cultura dos descendentes de imigrantes italianos no município de Silveira Martins (RS): as marcas dos dialetos e da religiosidade na contemporaneidade. **Disciplinarum Scientia**, v.16, n.2, p.203-229, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumCH/article/view/1868>

LOPES, Tabita Tiede. **Família prado e imigração em São Paulo**. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/48074>

LUCHESE, Terciane Ângela. **O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: UCS, 2015. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/gt02-1138-intok.pdf>

MAESTRI, M. **A travessia e a mata: memória, mito e história na imigração italiana para o RS**. Tempos Históricos, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 09–38, 2012. DOI: 10.36449/rth.v2i1.6844. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/6844>. Acesso em: 12 jun. 2022.

MACIEL, Luisa Lacerda; FERREIRA, Maria Letícia Mazzuchi. **Trabalho e Sociabilidade: Memória dos Salões de Baile da Região da Colônia de Imigração de Pelotas (1950-1970)**. XIII ENPHOS. 2011. Disponível em: [https://www2.ufpel.edu.br/enpos/2011/anais/pdf/CH/CH\\_00060.pdf](https://www2.ufpel.edu.br/enpos/2011/anais/pdf/CH/CH_00060.pdf)

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. **História Oral como fonte: problemas e métodos.** *Historiae*, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/3264>

MIAZZO, G. **Afinal o que é o “talian”?** In: *Revista Italiano*, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, v. 2, nº 1, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaitalianouerj/article/view/2121>

MORILA, A. P. **Vuoi tu Venire in Merica? Venturas e Desventuras da Imigração Italiana em São Paulo.** DOI: 10.5212/Rev.Hist.Reg.v.15i1.194228. *Revista de História Regional*, [S. l.], v. 15, n. 1, 2010. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2366> Acesso em: 13 jun. 2022.

NEIS, F. (2014). **A Imigração Italiana através da História oral das Ítalo-descendentes no Museu Etnográfico da Colônia Maciel – PELOTAS/RS.** *Oficina Do Historiador*, 655-670. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/19064>

NETO, Helena Brum. **Os territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul.** 2012. 318 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/105015>>.

NEVES, L. **Memória, história e sujeito: substratos da identidade.** *História Oral*, 3, 2000. p. 109-16. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/25>

NICOLI, S.; SANTOS, M. A. dos; SIQUEIRA, S. **Os descendentes de imigrantes italianos rumo a terra dos seus antepassados.** *Ideias*, [S. l.], v. 12, n. 00, p. e021009, 2021. DOI: 10.20396/ideias.v12i00.8660031. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8660031> Acesso em: 17 jun. 2022.

PEIXOTO, Luciana da Silva. **Memória da imigração italiana em Pelotas/RS. Colônia Maciel: lembranças, imagens e coisas.** Monografia de conclusão de curso. UFPel. Pelotas, 2003, p. 5.

PETRI, Kátia Cristina. **“Braços para a lavoura”: a subvenção paulista para imigração (1886-1896).** *Revista Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade.* Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/cordis/article/view/9549>

PETRI, Kátia Cristina. **“Mandem vir seus parentes”: a Sociedade Promotora de Imigração em São Paulo (1886 – 1896).** Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/cordis/article/view/9549>

POMATTI, Angela Beatriz. **Italianos na cidade de Pelotas : doenças e práticas de cura - 1890 a 1930**. 2011. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2375>

POMATTI, Angela Beatriz. **A questão da Colonização e da Imigração em Pelotas: Italianos na Colônia Maciel**. ANPUH. Santa Maria, julho de 2010. Disponível em: [http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279484423\\_ARQUIVO\\_sas.pdf](http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279484423_ARQUIVO_sas.pdf)

POSSAMAI, P. C. **Igreja e italianidade: Rio Grande do Sul (1875-1945)**. Revista de História, [S. l.], n. 141, p. 75-90, 1999. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i141p75-90. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18884>. Acesso em: 17 jun. 2022.

POSSAMAI, Paulo. **“Dall’Italia siamo partiti”**. A questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005.

RADIN, José Carlos. **A propaganda das companhias de colonização para a venda dos lotes rurais no Meio Oeste catarinense**. Revista Esboços, nº11 - UFSC. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/476>

REBELO, Fernanda. **A Travessia: imigração, saúde e profilaxia internacional (1890-1926)**. 2010. 325 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6141>

SANTOS, Ivison Poletto dos. **A Sociedade Promotora de Imigração: formação e influência, 1886-1895**. Revista do Arquivo Público de São Paulo. Ed. 25, 2008. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao25/materia02/texto02.pdf>

SANTOS, Ivison Poletto dos. **O Público e o Privado nas Sociedades de Imigração: O caso da Sociedade Promotora de Imigração (1886 a 1995)**. In. Sociedade em Debate, Pelotas, 14(2): 55-69, jul.-dez./2008. Disponível em: <https://silo.tips/download/o-publico-e-o-privado-nas-sociedades-de-imigraao-o-caso-da-sociedade-promotora-d>

SANTOS, Miriam de Oliveira; ZANINI, Maria Catarina C. **A influência da socialização primária no sentimento de "italianidade" dos descendentes de imigrantes italianos**. 2014. Disponível em: [http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401359649\\_ARQUIVO\\_SantoseZaniniRBA2014.pdf](http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401359649_ARQUIVO_SantoseZaniniRBA2014.pdf)

SECRETO, Maria Verônica. **As Instruções para os imigrantes no contexto da propaganda da imigração**. Trajetos. Fortaleza, V.3, n.5, 2016. Disponível em: <http://www.revistatrajetos.ufc.br/index.php/Trajetos/article/download/83/58>

SERAFIM, Carla Nichele. (2007). **Construção da italianidade entre descendentes de imigrantes no município de Urussanga**, Santa Catarina. (dissertação de mestrado). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/89949>

SILVA, Gabriela Ucoski da. **História e Aspectos do Cotidiano da Hospedaria de Imigrantes do Cristal Porto Alegre (1890-1898)**. Porto Alegre, 2014. Dissertação. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5745/1/000456791-Texto%2BCompleto-0.pdf>

SCARPIM, Fábio Augusto. **Entre o sagrado e o profano: festa, lazer e sociabilidade em uma paróquia de imigrantes italianos no Paraná**. in LUZ RAMOS, Eloisa Helena Capovilla – Isabel Cristina, ARENDT – Marcos Antônio, WITT (a cura di). Festas, comemorações e lembranças na imigração. São Leopoldo, Oikos, 2014. (pp. 267-283).

ULLRICH, Carl O. **As colônias alemãs no sul do Brasil**. In: Ensaio FEE, v. 1, n1, jun. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1980.

WEBER, R. **Estudos sobre imigrantes e fontes orais: identidade e diversidade**. *História Oral*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 5–22, 2013. DOI: 10.51880/ho.v16i1.270. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/270> . Acesso em: 17 jun. 2022.

WEIDUSCHADT, P.; CASTRO, R. B. de. **Instituições escolares e imigração na região colonial de Pelotas/RS (1928 - 1953)**. HISTÓRIA UNICAP , [S. l.], v. 2, n. 4, p. p. 170–185, 2016. DOI: 10.25247/hu.2015.v2n4.pp. 170-185. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/675> Acesso em: 17 jun. 2022.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma questão cultural**. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 7-72.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **A Família como Patrimônio: A Construção de Memórias entre Descendentes de Imigrantes Italianos**. Campos - Revista de Antropologia, [S.l.], p. 53-67, jun. 2004. ISSN 2317-6830. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/1635>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

ZANINI, M. C. (1999). **Ítalo-brasileiros: a trajetória da italianidade em Santa Maria (RS)**. Trabalho apresentado na XXIII Reunião Anual da ANPOCS, GT-9 Migração Internacional, Caxambu (MG).

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Pertencimento étnico e territorialidade: italianos na região central do Rio Grande do Sul (Brasil)**. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 3, p. 140 - 163, set/dez. 2008. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/743>

ZOTTIS, A. M. . **Da cucagna ao sanguanel: considerações sobre imagens e imaginários da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. In: III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2005, Caxias do Sul. III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2005. Disponível em: <https://fundacao.ucs.br/site/midia/arquivos/gt6-da-cucagna.pdf>